

Roberta Aline/MDS

REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE INCLUSÃO SOCIOPRÓDUTIVA



Shutterstock



Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
SEPN Qd. 515, bl. C, loja 32 CEP 70770-503, Brasília, DF
www.SEBRAE.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL

José Zeferino Pedrozo
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

Décio Nery de Lima
Diretor-Presidente

Bruno Quick Lourenço de Lima
Diretor Técnico

Margarete de Castro Coelho
Diretora de Administração e Finanças

UNIDADE TÉCNICA

Alessandro Flavio Barbosa Chaves
Gerente da Unidade de Desenvolvimento Territorial

Fabianni Silveira Melo
Gerente Adjunto da Unidade de Desenvolvimento Territorial

Renata Candida de Souza
Analista da Unidade de Desenvolvimento Territorial

Unidade de Comunicação
Edição

Máquina CW
Projeto Gráfico



Crédito: Pedro Cavalcante / Sebrae

SUMÁRIO

Apresentação	4	5.6 Estrutura da Abordagem de Inclusão Socioprodutiva	27
1. Contexto	5	5.6.1 Identificação e diagnóstico territorial e do público-alvo ...	28
2. O conceito de pobreza e sua multidimensionalidade ...	10	5.6.2 Identificação e engajamento da rede de parceiros estratégicos .	30
3. A inclusão socioprodutiva	13	5.6.3 Comunicação	33
3.1 Inclusão socioprodutiva Rural e Urbana	14	5.6.4 Definição e implementação das ações	34
3.2 Inclusão socioprodutiva Interiorana e Metropolitana	15	5.6.5 Monitoramento e avaliação de impacto	35
4. As vias da Inclusão socioprodutiva	17	5.6.6 Institucionalização das ações	36
4.1 Empregabilidade	18	5.6.7 A Inclusão Socioprodutiva e o Cidade Empreendedora	37
4.2 Empreendedorismo	19	5.6.8 A Inclusão Socioprodutiva e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	39
4.2.1 Empreendedorismo individual	20	6. Anexos	41
4.2.2 Empreendedorismo coletivo	21	Anexo I – Glossário Básico	41
5. A Estratégia SEBRAE de Inclusão Socioprodutiva	22	Anexo II – Detalhamento do público-alvo	43
5.1 Teoria da mudança	22	7. Referências	53
5.2 Objetivo geral	24	Anexo I – Glossário Básico	53
5.3 Premissas	24		
5.4 Público-alvo	25		
5.5 Resultados esperados	26		

A PRESENTAÇÃO

Para o SEBRAE atender pessoas em vulnerabilidade socioemocional significa oferecer oportunidade de vida e promover o desenvolvimento humano, por meio da aquisição de habilidades, competências e atitudes, qualificação profissional, geração de negócios para inclusão no mundo do trabalho e superação da pobreza através do aumento da renda. Como consequência, contribuir com o desenvolvimento do país.

A pandemia expôs as grandes desigualdades entre países e dentro deles. O Banco Mundial (2018) estima que seus efeitos levaram 49 milhões de pessoas à pobreza. No Brasil, regredimos em vários indicadores sociais.

O enfrentamento à crise passa pela geração de trabalho e renda, com investimento na inclusão socioprodutiva, seja por meio da atuação direta, seja pelo fortalecimento das organizações que atuam com este foco.

O SEBRAE, por sua relevância técnica e institucional, além de capilaridade por todo o território nacional, é peça fundamental no enfrentamento das novas questões relativas ao fomento à geração de renda. A autonomia propiciada via estímulo ao empreendedorismo, soma-se à necessidade de dar vazão e escala às novas realidades do trabalho remunerado, tais como: as novas habilidades e competências demandadas por novas tecnologias ou pela transição ecológica, a recolocação de trabalhadores que desempenhavam funções extintas, entre outros.



Charles Damasceno / Sebrae

Dois aspectos mostraram-se centrais na oportuna atenção que o SEBRAE proporciona ao tema da Inclusão Socioprodutiva. O primeiro, diz respeito à colaboração, com o entendimento de que programas eficazes de inclusão socioprodutiva são apenas possíveis com o envolvimento de organizações de diferentes setores, em especial amparados por políticas públicas que carecem de execução final, em nível de rua. Em segundo plano, é importante ressaltar a importância do trabalho em rede, de que todos devem se enxergar como parte de um ecossistema, parte do problema e parte da solução. Atuar como catalisador é uma força que o SEBRAE pode imprimir como agente neutro e técnico: ser a ponte entre governo e sociedade civil, em prol de uma agenda realista que ampare pessoas e empreendedores na superação dos obstáculos da pobreza.

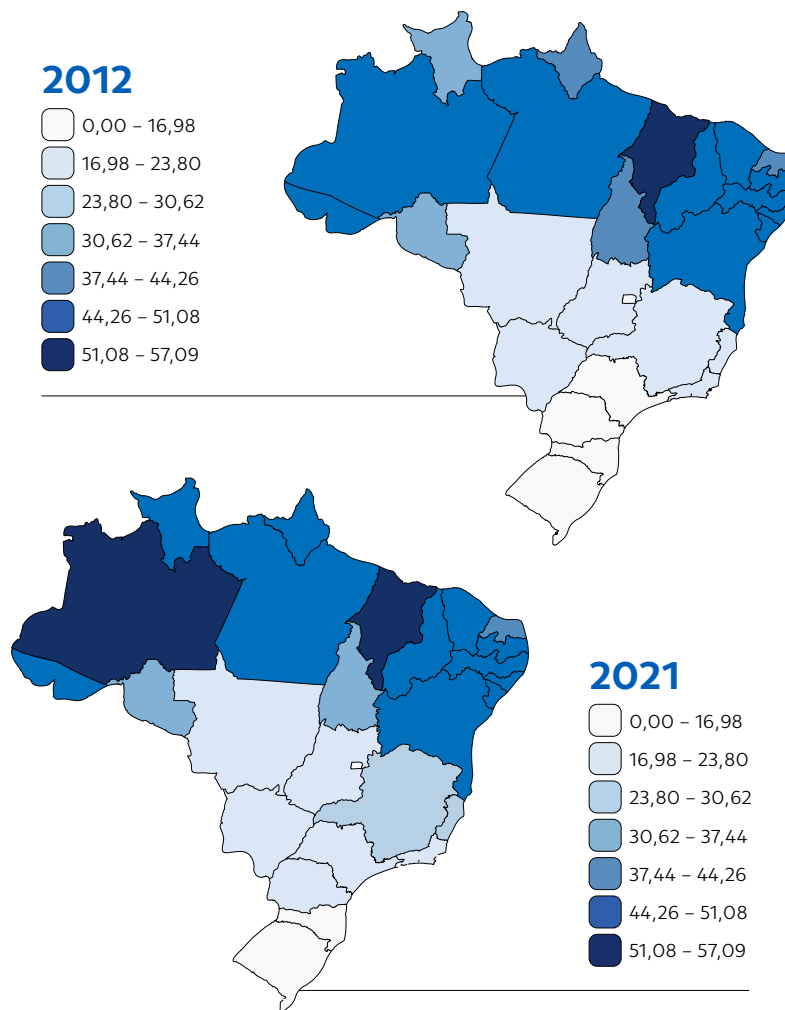
Sendo assim, ao considerar a estrutura da rede SEBRAE em todo o país, por meio de recursos técnicos multidisciplinares de sua equipe interna, como também de seu corpo diretivo, urge a oportunidade desta agenda, em prol da geração de renda e autonomias socioeconômicas. Essa visão para ampliação de rede entre governo, sociedade civil e o SEBRAE, poderá ser muito oportuna para cidadãos brasileiros que hoje, por diversas razões, estão ainda dependentes de benefícios sociais, mas que poderão, nesta estratégia promissora, reverter este quadro.

CONTEXTO

A população da base da pirâmide social convive historicamente com altos índices de pobreza e desigualdade de renda. O crescimento econômico fornece a base para superar a pobreza e elevar os padrões de vida, mas a construção de um país mais justo, competitivo e sustentável está diretamente associada à proteção e inclusão das populações em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2018 aponta com clareza que a persistente falta de inclusão - definida como benefícios e oportunidades para o crescimento econômico amplamente compartilhados - pode esgarçar a coesão social e minar a sustentabilidade do próprio crescimento.

O Mapa da Nova Pobreza, estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social em 2022, indicou que desde o começo da medição da série, em 2012, a pobreza não havia chegado em um patamar tão alto. Além do contingente populacional ter aumentado, chama atenção a composição geográfica da pobreza. Como se olhasse com uma lente de aumento, o estudo traçou 146 estratos para segmentar o país, com isso pôde encontrar o espaço com maior pobreza (Litoral e Baixada Maranhense com 72,59% de pessoas pobres) e o com menor pobreza (Florianópolis, com 5,7% de pessoas pobres).



Esse estudo também calculou os contingentes relacionados às diversas linhas de pobreza, sendo que o número de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros (31% da população); renda per capita de até R\$ 289 mensais atingiu 33,5 milhões de brasileiros (16% da população) e renda per capita de até R\$ 172 reais mensais atingiu 15,5 milhões de brasileiros (7,6% da população).

Figura 1
(%) População com
renda abaixo de
R\$ 497 mensais

Fonte: Mapa da
Nova Pobreza (2022)

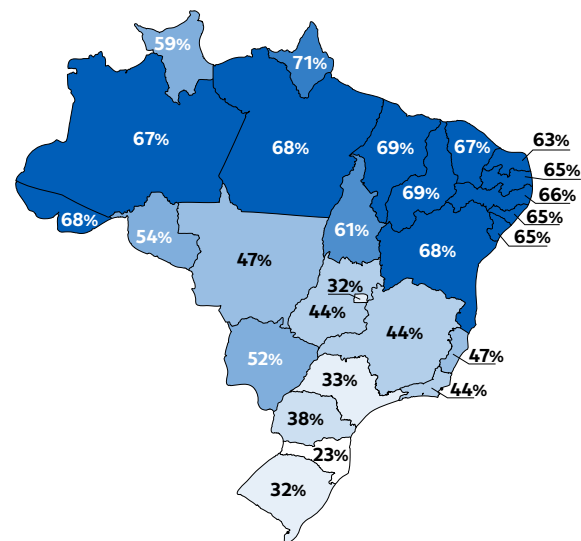
Considerando as linhas de pobreza e extrema pobreza propostas pelo Banco Mundial (2018), cerca de 62,5 milhões de brasileiros (30,8% da população) estavam na pobreza em 2021 no país. Entre estas, 17,9 milhões de brasileiros estavam na extrema pobreza (8,4% da população). Foram os maiores números e os maiores percentuais de ambos os grupos, desde o início da série, em 2012. Em 2021, a incidência de extrema pobreza variou de 4,7% a 13,4% da população e a de pobreza entre 8,8% e 32,0% da população.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) divulgou em 2024, através do Observatório do Cadastro Único, que 47% da população Brasileira está inscrita no Cadastro único (CadÚnico), ou seja, fazem parte de famílias que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. Desses inscritos no CadÚnico, tem-se que 57% são contemplados no Programa da Bolsa Família.

Outro fator importante a ser destacado é a crise do emprego. De acordo com o relatório Emprego em Crise publicado pelo Banco Mundial em 2021, "bons empregos são o caminho mais seguro para sair da pobreza: salários crescentes são responsáveis por cerca de 40% da queda da pobreza na última década". No entanto, os países em desenvolvimento enfrentam uma crise de empregos. Na América Latina e Caribe, por exemplo, "as oportunidades de trabalho estável e protegido vêm diminuindo gradualmente", o que dificulta os esforços para acabar com a pobreza extrema.

Segundo o IPEA (2020), mais da metade dos trabalhadores brasileiros devem perder seus empregos para máquinas nos próximos 30 anos (os resultados indicaram que, em média, 54,45% dos empregos correm risco elevado ou muito elevado de automação até 2046), indicando uma radical mudança no próprio mercado de trabalho, que está além das crises econômicas e que demandará a busca e a proposição de soluções inovadoras para geração de trabalho e renda.

Percentual de inscritos no CadÚnico em relação à população do Estado



Percentual da população que recebe Bolsa Família

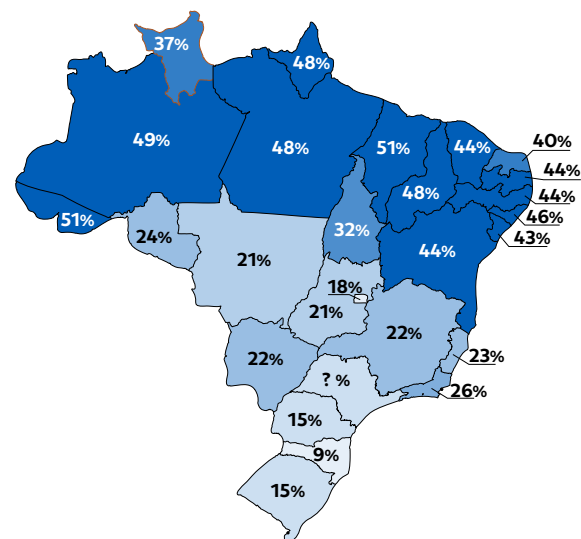


Figura 2
(%) População inscritos no CadÚnico e Bolsa Família

Fonte: Observatório do Cadastro Único (2024)

Além da diminuição direta dos números de postos formais de trabalho, a crise do emprego traz consigo outras consequências. Entre trabalhadores mais ou menos qualificados, são os com menor qualificação que sentem os efeitos da crise perdurarem, como cicatrizes. Tais efeitos se dão a partir de três dimensões:

- **Efeitos Salariais:** mesmo após recolocação, trabalhadores desligados têm salários 11% mais baixos e após 4 anos ainda são 6% mais baixos.
- **Condição de entrada:** alto desemprego juvenil e baixos resultados em nível médio e superior.
- **Efeitos nas empresas:** alta concorrência para vagas com baixa qualificação, os salários tendem a ser menores, o que não acontece para vagas que demandam alta qualificação.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (1º trimestre de 2024), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no Brasil, ou seja, a taxa de desemprego é de 7,9%, ou seja, 8,6 milhões de pessoas. Nesse mesmo período o contingente de pessoas consideradas desalentadas foi de 3,6 milhões de pessoas e a taxa de subutilização foi de 17,9%.

A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas (Figura 3 - quadros destacados de vermelho).

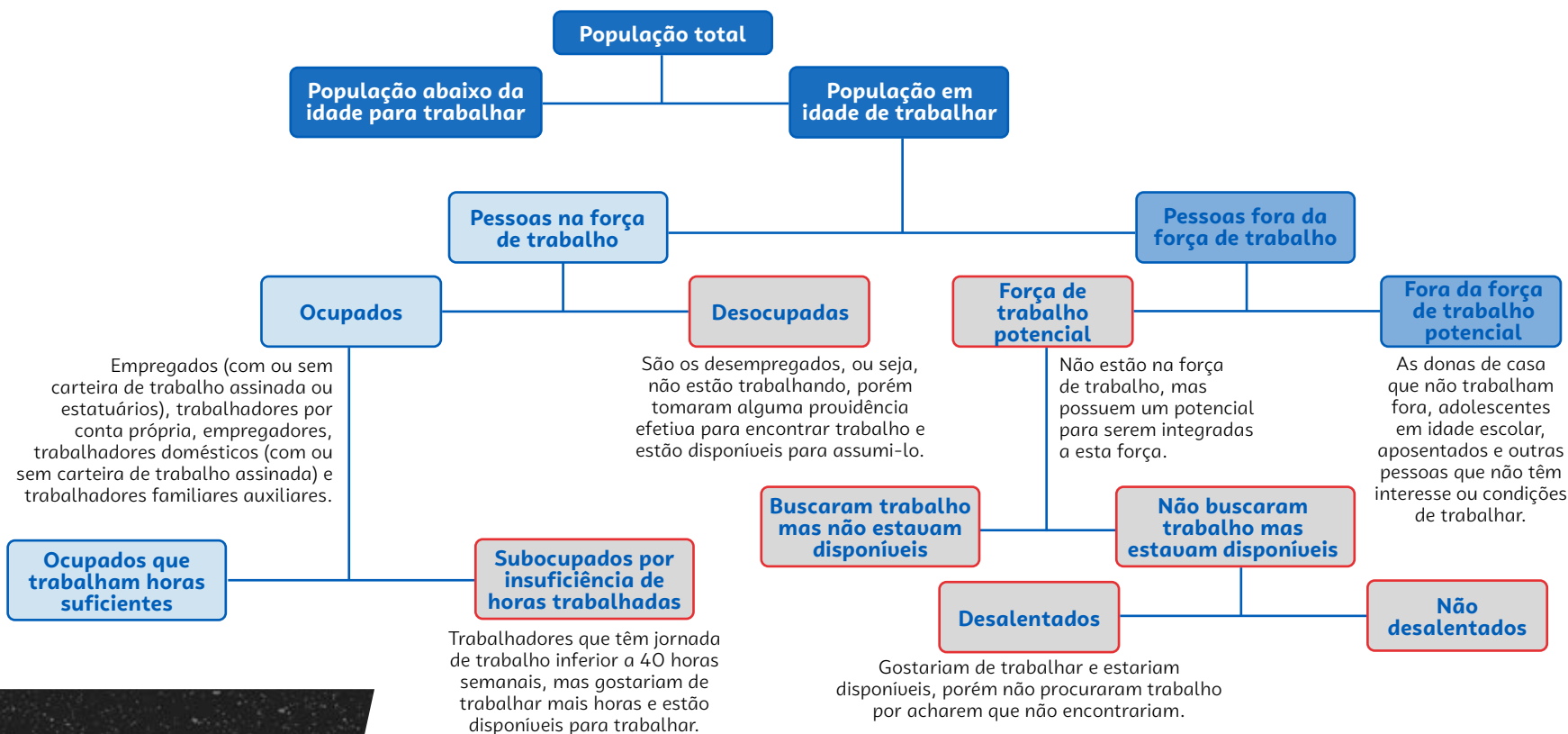


Figura 3
Diagrama com as definições, segundo IBGE

Fonte: IBGE, 2024

Ainda em relação à crise do emprego, alguns autores ressaltam que não se trata de uma crise, no singular, mas sim de crises com características distintas e que há necessidade de intervenções distintas para reconduzir as pessoas ao trabalho, de acordo com o choque ou crise que as atingem.

A figura abaixo auxilia a entender tais fenômenos e as diferentes intervenções para reconduzir as pessoas ao trabalho:



Angélica Cordova / Sebrae



Figura 4
Exemplos de choques e crises e intervenções potenciais

Fonte: Banco Mundial (2021)

Charles Damasceno / Sebrae



De acordo com o último relatório da McKinsey (2021) sobre o futuro do trabalho:

- Um em cada 16 trabalhadores poderá ter de mudar de profissão até 2030.
- O crescimento do emprego estará mais concentrado em empregos de alta qualificação (por exemplo, nas áreas de saúde ou ciência, tecnologia, engenharia e matemática), enquanto empregos de média e baixa qualificação (como serviços de alimentação, trabalho de produção ou funções de apoio de escritório) diminuirão.
- Algumas categorias de trabalho poderão ver mais crescimento do que outras, como o comércio eletrônico, investimentos em economia "verde" ou sustentável;
- O envelhecimento da população em muitas economias avançadas aumentará a procura de enfermeiros, auxiliares de saúde ao domicílio; e professores e instrutores de formação também continuarão a encontrar trabalho durante a próxima década.

De acordo com Banco Mundial, no relatório Emprego em Crise (2021), um estudo recente com países emergentes como Brasil, Chile e África do Sul, demonstrou que a redução das barreiras ao empreendedorismo, em um nível equiparado às melhores práticas dos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), levaria a uma taxa de crescimento anual de 0,35 por cento a 0,4 por cento do PIB per capita.

Considerando esse contexto do empreendedorismo, o MDS divulgou em 2024, através do Observatório do Cadastro Único, que 12% (11,5 milhões) do total de inscritos se declararam trabalhadores por conta própria.

O MDS e SEBRAE compararam as bases de dados do MEI (CNPJ ativo/suspensão/inapto) com a base de dados do CadÚnico e observou-se que 4,8% (4,65 milhões) dos inscritos no CadÚnico são MEI e 2,3% (2,18 milhões) dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) são MEI. Levando em conta todos os 15,61 milhões de MEI (CNPJ ativo/suspensão/inapto) existente no Brasil em 2024, tem-se que 29,8% (4,65 milhões) de todos os MEI estão no CadÚnico e que 14% (2,18 milhões) de todos os MEI são beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

A Agência Brasil divulgou resultados da pesquisa Data Favela 2023, em que são estimados 5,8 milhões de domicílios em favelas com 17,9 milhões de moradores (8,8% da população brasileira). Desse total, 5,2 milhões já empreendem (29% dos moradores de favela), 6 milhões sonham ter um negócio próprio (34% dos moradores e favela), e sete em cada dez pretendem abrir o empreendimento dentro da favela. Apesar dos números expressivos, apenas 37% dos empreendimentos são formalizados e têm CNPJ (Campos, 2024).

A crise do trabalho vivida no Brasil e em outros países requer uma série de alavancas para que novas e mais oportunidades de trabalho e renda sejam efetivamente criadas e alcançadas. Tais oportunidades, direcionadas a populações que compõem a base da pirâmide, podem ser compreendidas como esforços no sentido da promoção da inclusão socioprodutiva, pelo impulsionamento da empregabilidade e incentivo ao empreendedorismo.

2 O CONCEITO DE POBREZA E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE

Compreender o caminho teórico que embasa o conceito de Inclusão Socioprodutiva é fundamental neste processo.

Comumente as ações de enfrentamento da pobreza limitam-se a aspectos relacionados à renda e ao acesso a serviços públicos socioassistenciais. São caminhos válidos que contribuem para a superação da pobreza, no entanto, ao considerar suas multidimensões, o combate à pobreza deve considerar a capacidade de reação ante sua vulnerabilidade e o meio no qual o indivíduo está inserido (Menezes, 2012).

De acordo com Sen (1999), o conceito de pobreza se baseia na ideia de “capacidades” e “funcionamentos”. O autor argumenta que a pobreza não deve ser avaliada apenas com base nos recursos materiais, e sim levando em consideração a capacidade das pessoas de realizar escolhas e alcançar resultados significativos em suas vidas:

■ **Capacidades:** a liberdade de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou ter estilos de vida diversos. Refere-se às diversas coisas que as pessoas são capazes de fazer ou ser. Isso inclui não apenas a obtenção de bens materiais, mas também o acesso à educação, saúde, liberdade política, participação na comunidade, entre outros.

■ **Funcionamentos:** Os funcionamentos são descritos como aquilo que uma pessoa pode ver como valioso para fazer ou possuir. Essas realizações podem abranger desde necessidades básicas, como estar bem alimentado e livre de doenças evitáveis, até atividades ou estados pessoais mais complexos, como participar ativamente na vida da comunidade e manter um senso de autoestima.



Ubirajara Machado / MDS



Roberta Aline/MDS

Nesta perspectiva, os funcionamentos são a expressão das capacidades e a pobreza é vista como a privação de funcionamentos essenciais. Consta-se que a renda, por si só, não é um indicador suficiente para sinalizar a qualidade de vida das pessoas.

No mesmo sentido, de acordo com Morris (2018), a pobreza não é uma característica inerente de um indivíduo, mas sim um reflexo das suas circunstâncias. O baixo nível de renda de um indivíduo pode explicar seu analfabetismo e saúde precária, além da fome e desnutrição, ao mesmo tempo que, inversamente, maiores condições de saúde e educação de qualidade asseguram maiores rendas. A perspectiva das capacidades e privações nos permite aprimorar o entendimento da natureza e das causas das privações e, dessa maneira, compreender profundamente a situação de vulnerabilidades impostas na pobreza.

A pobreza pode ser definida a partir de suas características, podendo ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta mede o nível de pobreza em relação ao total de dinheiro necessário para necessidades básicas,

como comida, roupas e moradia. Por outro lado, a pobreza relativa considera o contexto da pessoa na sociedade. Enquanto a pobreza absoluta foca nos itens de necessidade básica para a sobrevivência e não leva em consideração a qualidade de vida das pessoas, a pobreza relativa considera a importância do bem-estar, isso significa que a pessoa é considerada pobre se não pode atingir o padrão de vida médio da sociedade.

O autor Morris (2018) também traz uma definição de **pobreza geracional** e situacional. A pobreza geracional está relacionada a um ciclo de pobreza (figura 5) de uma família que vive em situação de pobreza por uma geração ou mais. Enquanto a pobreza situacional ocorre devido a circunstâncias como divórcio, problemas de saúde, desemprego, entre outros. Tais circunstâncias podem submeter indivíduos ou famílias à condição de pobreza situacional. Todavia, embora muitos fatores possam levar para a pobreza, a grande causa da pobreza é simplesmente nascer em uma família pobre.



Figura 5
Ciclo da pobreza e possíveis obstáculos

Fonte: Traduzido de Understanding Poverty, Michael Morris, 2018

A pobreza geracional gera impactos futuros ao longo de toda vida, limitando as oportunidades de emprego e de rendimento na vida adulta. Ser pobre é experimentar as condições adversas que são impostas, é também ser limitado ou ter “obstáculos à realização da pessoa, ao seu vir-a-ser” (Jaspers, 1979), incluindo o desenvolvimento de habilidades e talentos (Solymos, 2012).

Alguns autores enfatizam também o aspecto psicológico da pobreza. Realçam “a dimensão subjetiva da vida em condições de pobreza, que se manifesta em comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da resignação com uma vida que aparece cotidianamente como pre-determinada, sem possibilidade de transformação” (Ximenes, 2013).

“As demandas relacionadas às vulnerabilidades pessoais e sociais trazem consigo uma carga de perda de identidade, baixa autoestima, ausência da sensação de pertencimento a um grupo, família ou comunidade, dentre outras questões individuais e coletivas” (Ximenes, 2013). Portanto, as ações de inclusão socioproductiva devem contemplar métodos para superar as implicações psicológicas que a pobreza imprime.

Em outras palavras, os aspectos psicológicos da pobreza ou a dimensão do sofrimento psíquico são componentes constituintes e, ao mesmo tempo, resultantes da pobreza. Esta é uma constatação fundamental para que, no desenho e implementação de intervenções, a autoestima, o pertencimento e a capacidade de criar um projeto de vida estejam presentes.

Segundo os estudiosos, há um resultado decorrente das condições de vida desfavoráveis, que incluem a falta de condições financeiras, a violência, a discriminação e a desagregação social. Tal resultado é individualizado, ou seja, cada indivíduo atribui significados distintos perante tais condições. Em suma, trata-se de um aspecto de natureza subjetiva. As fragilidades pessoais, ou seja, o sentimento de incapacidade e de impotência, fazem com que o indivíduo se submeta a condições adversas e vice-versa, dando início a um ciclo vicioso.

O rompimento deste ciclo depende de condições macro relacionadas quase sempre à economia (renda e emprego) e estruturas (acesso à educação, diminuição da desigualdade social, acesso à saúde etc.). No entanto, se tais condições de mudanças não forem acompanhadas de mudanças em âmbito pessoal, elas não serão suficientes para o rompimento da situação de pobreza, das condições adversas relacionadas à pobreza e ao ciclo citado anteriormente.

Segundo a autora Solymos (2012), para lidar com esta situação, os profissionais deverão propiciar ações no sentido de:

- Favorecer novas experiências positivas por meio da solução ou encaminhamento de um problema que a pessoa vive, ou através da vivência de um novo relacionamento de confiança e amizade, ou pela valorização desses elementos quando já presentes em sua vida;
- Modificar a compreensão do seu momento de vida a partir de uma nova ótica.

Neste referencial a pobreza é definida como uma condição multidimensional, profundamente ligada aos aspectos psicológicos (seja como causa e/ou consequência). Essa abordagem vai além da carência econômica, pois apresenta limitações nas capacidades e funcionamentos que cerceiam as liberdades dos indivíduos, tais como saúde, educação, habitação, participação política e outros. Por isso, faz-se necessário enxergar as pessoas em situação de pobreza como potências e estimular essa mudança autocentrada para que sejam sujeitos da sua própria vida e futuro.

3 A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Como ponto de partida, vale ressaltar, o termo "inclusão socioprodutiva" ainda demanda definição ou classificação teórica e político-programática. Há diversas abordagens no que se refere a tipos de intervenções, delimitação de público, desenhos normativos, instrumentos e até mesmo de objetivos do que se chama Inclusão Socioprodutiva (Veredas, 2019 e Silva, 2019).

Em termos gerais, uma pesquisa bibliométrica publicada pelo IPEA (Silva, 2019), levantou que programas de inclusão socioprodutiva tem como público-alvo: "indivíduos em idade para trabalhar, que vivem sob condições de vulnerabilidade, para reforçar suas capacidades de geração autônoma de renda, sem se desconectar das demais políticas de proteção social".

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e de forma convergente com o conceito de pobreza multidimensional, considera-se que a situação de vulnerabilidade social decorre não somente da privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), mas também da fragilização de vínculos afetivos - relacionais, de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Neste sentido, as abordagens e ações em prol da inclusão socioprodutiva devem trabalhar com a lógica de que os públicos possuem necessidades, mas também são potências.



Shutterstock

Conforme mencionado anteriormente, a inclusão socioprodutiva não se limita a quantidade de pessoas inseridas no mundo trabalho, também está relacionada à qualidade desse processo. Uma definição feita por Mariotti et al., 2016, define que a inclusão socioprodutiva deve conter dois aspectos centrais, como: aumento na produtividade, o que leva a uma maior capacidade de geração de renda; e o favorecimento dos pobres para incluí-los na economia. Isso implica em um envolvimento na atividade econômica, de forma que não aumenta a vulnerabilidade ou a exploração dos grupos socialmente excluídos.

Em complementação, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em 2022, conceituou que a inclusão socioprodutiva pressupõe a articulação de ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal e do empreendedorismo.

A partir deste Referencial Estratégico, o SEBRAE adota o conceito de inclusão socioprodutiva como o processo de (re)inserção de pessoas com idade para trabalhar e em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao mercado de trabalho, via empregabilidade ou empreendedorismo, contribuindo para a geração de trabalho e renda, com viés emancipatório.

Neste sentido, as ações do SEBRAE terão como objetivo a geração de renda de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica de maneira digna e estável, com vista à superação dos processos crônicos de exclusão social. Isso será feito por meio de ações que buscam aprimorar as capacidades técnicas e socioemocionais dessas pessoas, a partir da ação colaborativa com parceiros dos setores público, privado e terceiro setor.

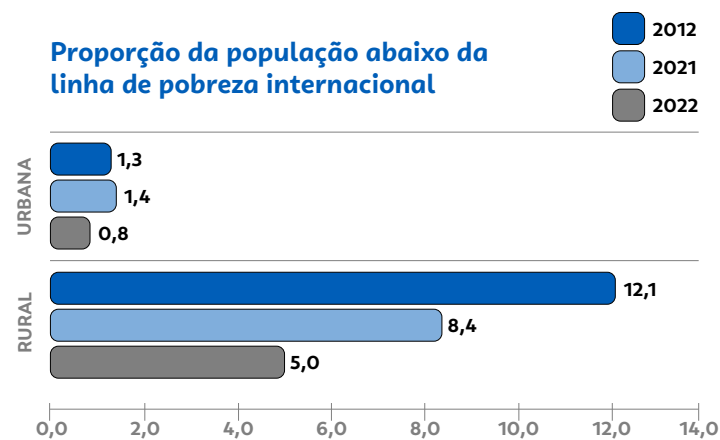
3.1

INCLUSÃO
SOCIOPRODUTIVA
RURAL E URBANA

Quando se fala em inclusão socioprodutiva é fundamental considerarmos as diferentes dimensões do nosso país, por isso é importante refletir sobre as diferenças e particularidades no meio rural e no meio urbano.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2024), a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 90% dos municípios brasileiros têm na atividade agrícola a base de sua economia. Muitas famílias dependem da agricultura como principal meio de subsistência. Assim, é essencial que haja atenção especial a esse ambiente e aos desafios específicos enfrentados pelas populações rurais no desenho e planejamento de políticas públicas com vistas à inclusão socioprodutiva rural nos municípios brasileiros.

Os dados dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mostram que a população brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza é maior, em proporção, no meio rural, embora também exista em proporções consideráveis nas zonas urbanas do país, conforme demonstra o gráfico ao lado.



As razões geradoras da maior proporção da pobreza no ambiente rural do Brasil são históricas e relacionadas aos modos de produção e vida na sociedade em que vivemos.

A inclusão socioprodutiva urbana, conforme o próprio conceito traz, foco na empregabilidade, no empreendedorismo, na economia solidária e na atividade econômica de produção individual ou em grupo. Algumas ações de incentivo são a oferta de qualificação profissional, a intermediação entre o trabalhador e o mercado e o apoio à qualificação e formalização das atividades produtivas autônomas, micro e pequenas empresas.

Ao mesmo tempo, a necessidade de esforços para redução da pobreza no ambiente urbano do Brasil não pode ser ignorada. Os municípios precisam, portanto, se munir de estratégias de inclusão socioprodutiva territorial que olhem para esses dois cenários contrastantes do país.

Além disso, os desafios e circunstâncias enfrentados para o combate à pobreza em ambos os ambientes são diferentes, tal como os modos de vida nestes ambientes dispares.

Figura 6
Indicador do ODS
1.1 - Proporção da
população abaixo
da linha de pobreza

Fonte: adaptado de
IBGE, 2024
Morris, 2018

3.2

INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA INTERIORANA E METROPOLITANA

Outro ponto fundamental para se considerar quanto à inclusão socioprodutiva é a diferença de perfis entre as regiões do interior do país e metrópoles. Assim como na dicotomia entre ambiente rural e urbano, regiões interioranas e metropolitanas do país apresentam grandes diferenças entre si, de modo que os desafios à inclusão socioprodutiva em ambos os meios também se distinguem, bem como as ações que serão desenhadas para tal fim.

Nas regiões interioranas do país, mais afastadas dos grandes centros industriais, as atividades econômicas, geralmente, são menos dinâmicas e focadas em eixos de atuação mais específicos, além de as atividades rurais serem de grande relevância. Geralmente, esses municípios produzem insumos que são enviados às grandes metrópoles locais, onde o dinamismo econômico é exponencialmente maior. Conforme afirmado no Relatório de inclusão produtiva no Brasil Rural e Interiorano (2022), "não há vida urbana no Brasil interiorano sem relações de dependência com seu entorno rural", e vice-versa, são ecossistemas interdependentes.



Roberta Aline/MDS

Olhar para esta relação entre o Brasil interiorano e rural com foco na inclusão socioprodutiva não envolve somente a agricultura, mas também o trabalho em serviços que afetam a qualidade de vida da população, como educação, saúde e cuidados. Também envolve olhar para atividades não agrícolas, igualmente importantes para a geração de renda das populações que vivem em áreas rurais.

Portanto, é importante que, nas regiões interioranas do país, os programas de inclusão socioprodutiva sejam baseados em um bom mapeamento das atividades produtivas locais, as incentivem, e identifiquem o que mais pode ser incentivado na produção local de forma relacionada a estas atividades. No mais, é importante que estes territórios, onde há interdependência com a zona rural, busquem se preparar para uma retomada do crescimento econômico que foque nas novas formas de relação entre a sociedade e a natureza; com atividades, processos e meios mais sustentáveis e que incentivem a inclusão socioprodutiva das populações vulneráveis locais.

No Brasil, há grandes diferenças entre diversos aspectos que compõem a qualidade de vida das populações que vivem em regiões metropolitanas e interioranas. Nas regiões metropolitanas, de modo geral, há mais acesso à infraestrutura, saúde, além de outros bens, serviços e oportunidades. Porém, é importante observar que, nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado crescimento demográfico em municípios de médio e grande porte, localizados em até três horas de deslocamento dos grandes centros urbanos (Bacelar et al. 2015). Isto traz novas oportunidades de integração de mercados entre as áreas rurais e urbanas próximas, a nível de comercialização de produtos, oferta de serviços e mercado de trabalho.

De maneira complementar, a privação de acesso a bens e serviços essenciais à vida humana torna fundamental que as estratégias de inclusão socioprodutiva nas metrópoles e nas regiões interioranas do país considerem esses aspectos enquanto elementos basilares. Uma vez que as gestões municipais são as principais responsáveis pela provisão de serviços públicos essenciais é fundamental que os diferentes níveis de capacidades institucionais sejam considerados. Sendo assim, às lacunas de provisão de serviços públicos precisam ser diagnosticadas e o aprimoramento dos serviços deve ser parte da abordagem da intervenção de inclusão socioprodutiva.

Dos 412 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes, 112 têm características de alta vulnerabilidade socioeconômica e integram o G100, um grupo identificado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Essas cidades reúnem 11,3% da população do país, o que exige um olhar ainda mais aguçado para o cenário de dificuldades que enfrentam. O G100 é uma classificação que permite que tais municípios exerçam uma força catalisadora e permite a articulação das condições necessárias para a implementação e avanço dos programas federais de combate à pobreza (FNP, 2020).

Portanto, a formulação de políticas de inclusão socioprodutiva nas regiões das metrópoles e interioranas do país deve considerar as especificidades locais e as novas transformações sociais, trazendo uma abordagem contemporânea ao trabalho desempenhado. Deve, ainda, propor estratégias que melhor conectem as agendas social, ambiental e produtiva; que contemplem a melhoria das condições e capacidades das pessoas que vivem em vulnerabilidade; a melhoria e avanço das oportunidades e do ambiente econômico em que as pessoas vulneráveis estão inseridos; ações articuladas entre o Estado, organizações sociais e o setor privado; e a adaptação aos modos de vida e valorização da diversidade biológica e cultural das regiões rurais e interioranas do país (Favareto et al, 2022).

Ubirajara Machado / MDS



4 AS VIAS DA INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Há múltiplos caminhos para a promoção da inclusão socioprodutiva, sendo prioritariamente via empregabilidade ou empreendedorismo. Em cada caminho, uma série de obstáculos são identificados e torna-se fundamental entender os diferentes problemas que são barreiras para a inclusão socioprodutiva para que as intervenções sejam capazes de as transpor.

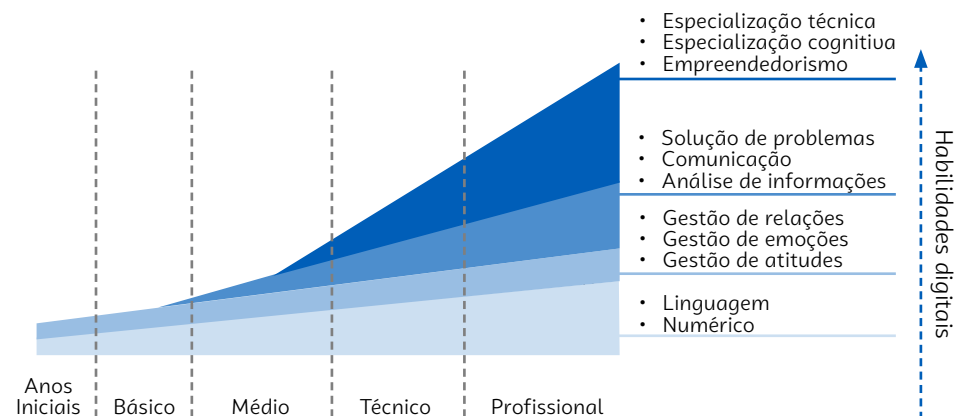
É importante ter em mente que as tendências globais têm levado ao aprofundamento dos desafios enfrentados, ou seja, cada vez mais os problemas têm se tornado mais complexos. Especialmente, três tendências são panos de fundo para o aprofundamento citado: as mudanças no mundo do trabalho; mudanças demográficas e as questões sociais e ambientais.

Segundo o relatório O Futuro dos Empregos (Future of jobs report, 2023) elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e Traduzido pelo Banco Mundial (2023), para se ter sucesso profissional, é importante o desenvolvimento das seguintes competências:

- **Habilidades fundamentais:** habilidades cognitivas que abrangem a capacidade de entender ideias complexas e a adaptação ao contexto, aprender a partir da experiência e raciocinar.
- **Habilidades socioemocionais:** são as habilidades de gerenciar relacionamentos, emoções e atitudes. Essas habilidades podem ser interpessoais e sociais, assim como liderança, trabalho em equipe e autocontrole.
- **Habilidades especializadas:** se referem ao conhecimento adquirido, a experiências e interações necessárias para executar determinada tarefa. Nesta categoria estão incluídas competências técnicas e cognitivas especializadas, assim como competências de empreendedorismo.
- **Competências digitais:** descrevem a capacidade de ceder, gerir, compreender, integrar, comunicar, avaliar e criar informação de forma segura e adequada.

Figura 7
Gráfico com fase de desenvolvimento de habilidades e competências requeridas

Fonte: Traduzido de Banco Mundial (DI BATTISTA, 2023)



4.1

EMPREGABILIDADE

O mercado de trabalho está passando por transformações significativas impulsionadas pela tecnologia, globalização e mudanças na economia. Segundo o Banco Mundial (2023), a transformação digital e a automação substituirão postos de trabalho tradicionais, enquanto novas oportunidades surgem em setores como tecnologia da informação e inteligência artificial. Em uma análise mais profunda, o acirramento do uso da tecnologia também tem ampliado a precarização do trabalho, com a proliferação de empregos temporários e mal remunerados em diversos setores (DI BATTISTA, 2023).

Uma das consequências dessas transformações é a previsão da diminuição no número de empregos convencionais, exigindo uma resposta coordenada de governos, empresas e instituições educacionais. É crucial reconhecer que pessoas em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras adicionais, como o acesso precário à educação, falta de formação técnica adequada, ou ainda, gargalos de acesso à tecnologia e infraestrutura, como computadores, celulares ou conexão com a internet.

DESAFIOS

- Cursos desconectados da demanda
- Olhar restrito para o futuro e para as transformações no mundo do trabalho
- Formação básica precária e baixa qualificação da mão de obra
- Falta de engajamento daqueles que buscam emprego
- Redução das vagas no mercado de trabalho pelo avanço tecnológico
- Dificuldade das empresas em reconhecer os perfis dos candidatos

OPORTUNIDADES

- Mapeamento da demanda do setor produtivo e desenhar currículo de formação de maneira coerente
- Definição de uma governança que favoreça a efetividade e qualidade das intervenções
- Incorporação na formação o desenvolvimento do soft skills e atividades práticas
- Compreensão do público-alvo que está sendo considerado
- Oferta de serviços de emprego para o público-alvo em questão associados a programa de capacitação
- Oferta de benefícios financeiros que estimulam ou facilitem a contratação pelas empresas
- Engajamento das empresas nos seus processos de contratação
- Demanda crescente de mão de obra para os setores de tecnologia, saúde e cuidados

Figura 8
Desafios e
Oportunidades
da Inclusão via
Empregabilidade

4.2

EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo emerge como uma via importante de Inclusão Socioprodutiva diante dos desafios econômicos contemporâneos. Compreendido como um meio para criar oportunidades de trabalho e renda, o empreendedorismo tem papel central na promoção da autonomia e na mitigação da exclusão social. Vale ressaltar que o auto-emprego e a geração de renda via empreendedorismo é um caminho que carrega diversos obstáculos.

O Empreendedorismo por necessidade é uma realidade enfrentada por muitos indivíduos diante da escassez de oportunidades de emprego. Surge quando pessoas se veem desafiadas pela falta de colocação no mercado de trabalho ou pela instabilidade econômica.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o empreendedorismo por necessidade muitas vezes surge como uma estratégia de sobrevivência face às adversidades econômicas. É uma resposta pragmática à falta de alternativas tradicionais de emprego e uma forma de criar oportunidades em meio a escassez. Além disso, muitas vezes operam em setores informais, o que pode limitar seu potencial de crescimento e impacto econômico.

Por outro lado, o empreendedorismo por oportunidade surge quando indivíduos identificam uma lacuna no mercado ou uma oportunidade de negócio promissora e decidem empreender com base nessa percepção. É motivado pela busca de autonomia, realização pessoal e crescimento profissional. Este tipo de empreendedores é capaz de identificar nichos de mercado não explorados ou inovações que podem atender às necessidades dos consumidores de maneira mais eficiente ou satisfatória.

É importante destacar que o empreendedorismo por necessidade e oportunidade enfrenta desafios.

EMPREENDEDORISMO RURAL

DESAFIOS

- Infraestrutura precária
- Terras insuficientes ou não regularizadas
- Capacidade técnica limitada
- Falta de liderança e ação coletiva
- Exigências regulatórias limitantes
- Dificuldade de acessar mercados

OPORTUNIDADES

- Promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade
- Atuação de maneira combinada
- Participação no setor privado
- Desenvolvimento de tecnologias com base nas condições locais
- Promoção do desenvolvimento do microempreendedor agrícola e não agrícola
- Organização de produtores
- Promoção da sustentabilidade ambiental, transcendendo fatores sociais e econômicos

Figura 9
Desafios e Oportunidades da Inclusão via Empreendedorismo Rural

EMPREENDEDORISMO URBANO

DESAFIOS

- Condições para empreender
- Deficiência na educação para o empreendedorismo
- Acesso a crédito/capital
- Acesso a mercado limitado
- Produtividade dos pequenos negócios para poderem competir no mercado

OPORTUNIDADES

- Combinação de serviços, capacitação, acesso a mercado e capital
- Acompanhamento de maneira continuada os novos pequenos negócios e não por curto prazo
- Disponibilização de instrumentos financeiros adaptados à necessidade dos micros e pequenos negócios
- Atuação em rede
- Apoio de organizações locais
- Consideração das características do território em que se está atuando.

Figura 10
Desafios e Oportunidades da Inclusão via Empreendedorismo Urbano

4.2.1

EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL

Atualmente, as micro e pequenas empresas exercem uma função importante na economia e na geração de empregos, além de estimular a formalização dos empreendedores. Desde 2008, com a Lei Complementar nº 128, o microempreendedor pode se formalizar de forma gratuita e ter acesso a benefícios sociais e de proteções de empregador, como cobertura previdenciária, contratação de funcionários de forma simplificada e controles contábeis acessíveis.

Apesar desse cenário, existem diversos desafios que os empreendedores enfrentam no dia a dia do seu negócio. O primeiro deles é em relação à competição com outros mercados, conforme já mencionado anteriormente. O segundo deles é em relação à produtividade do negócio, que pode ser afetada por fatores naturais ou pela falta de insumos de qualidade (Lawry et al., 2014). O terceiro desafio está relacionado à dificuldade de acessar e adotar novas tecnologias, pois é um entrave não somente com a utilização de máquinas e ferramentas, mas também dos métodos de produção e de formas de organização (ATAI, 2006). Outro desafio para o empreendedorismo também está relacionado ao contexto em que o negócio está inserido.



Shutterstock

4.2.2

EMPREENDEDORISMO COLETIVO

O empreendedorismo coletivo, nascido da economia criativa, pressupõe que um grupo de pessoas se unam para que as ideias, competências, conhecimento, habilidades, riscos e acertos sejam aproveitados da melhor maneira possível e tragam benefícios para o sucesso do negócio. Neste contexto, o "trabalhar juntos" é a palavra-chave, pois todos trabalham em parceria agregando valor aos empreendimentos. Trata-se de uma iniciativa social coletiva, uma rede de empreendedores que buscam enfrentar os problemas com ações conjuntas e ágeis nas periferias urbanas e rurais. É a construção de um espaço de troca de experiências e necessidades, com uma contribuição ativa no fortalecimento de uma rede empreendedora.

Embora os desafios sejam enormes, as oportunidades também o são. Sabe-se que se as pessoas das periferias se mantiverem isoladas, agindo sozinhas, terão mais dificuldades para a implantação e consolidação de seus empreendimentos. Juntos, os membros dos empreendimentos coletivos podem otimizar tarefas, aprimorar estratégias, criar algo novo, ter novas ideias, desenvolver novos produtos e/ou serviços e fortalecer o empreendedorismo coletivo.

Para estimular as pessoas a atuarem coletivamente exige-se uma postura empreendedora voltada para as seguintes habilidades: sensibilização e comunicação, compromisso em trabalhar em equipe, resiliência e flexibilidade, autoestima e autoconfiança, respeito e empatia, acreditar e ter esperanças, conhecimento do mercado, iniciativa e busca de oportunidades, abertura a novas ideias, construção de lideranças, entre outras.

O objetivo geral do empreendedorismo coletivo é a união das pessoas para a implantação de um empreendimento em que todos se associam de maneira colaborativa nas comunidades periféricas urbanas e rurais. São as pessoas dando as mãos para fazerem acontecer um projeto benéfico para todos. Os objetivos específicos do empreendedorismo coletivo dentro do programa de inclusão socioprodutiva, no escopo das comunidades periféricas, são os seguintes:

- Experimentar a importância do trabalho colaborativo, com uma rede de apoiadores e parceiros;
Se conectar e buscar coletivamente saídas para reduzir a desigualdade social;
- Criar espaços de discussão democráticos via "chuva de ideias" (brainstorming), como associações de bairro, escolas, igrejas, clubes, entidades da sociedade civil etc. com o objetivo de buscar saídas para o empreendedorismo coletivo local;
- Construir espaços para novas agendas com as prioridades locais;
- Sensibilizar as pessoas da região para que realizem seus sonhos, por meio da cooperação no empreendedorismo coletivo.

O empreendedorismo coletivo promove um sentimento de acolhimento e pertencimento, de modo que as pessoas sentem que têm um espaço onde podem debater, tirar dúvidas e pensar em soluções para os problemas. Ele oferece vantagens, onde o resgate da autoestima dos participantes é um ponto central. Outras vantagens são, por exemplo, o compartilhamento de recursos, a combinação de talentos, redução dos riscos e dos custos, implementação de novas tecnologias e de novos conhecimentos.

De acordo com estudos realizados pelos SEBRAE, as principais modalidades de formalização institucional do empreendedorismo coletivo são: OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), ONGs, Cooperativa, Central de Negócios, Consórcio de Empresas, Sociedade de Propósito Específico, Cultura da Cooperação, APL (Arranjo Produtivo Local), etc.

3 A ESTRATÉGIA SEBRAE DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

5.1

TEORIA DA MUDANÇA

Uma ferramenta importante para apoiar a construção da estratégia de um programa é o uso da Teoria da Mudança. Ela permite especificar como se espera que um programa funcione e qual é a relação entre inputs (recursos), atividades e resultados.

A Teoria da Mudança é importante porque permite um entendimento comum, facilita a comunicação dos programas e serve de ponte de diálogo entre os tomadores de decisão. Os elementos da Teoria da Mudança são definidos por perguntas norteadoras como:



Tony Winston / Agência Brasília

- Por que fazemos o que fazemos? Essa pergunta é respondida a partir de elementos como as premissas/pressupostos que explicitam interpretações de como a mudança deve ocorrer em determinado contexto. Define o que orienta (teorias, lógicas, ideologias etc.) as escolhas e encadeamentos da teoria da mudança. Outros elementos essenciais são os princípios que norteiam as ações.
- Quais são as estratégias? Esta questão refere-se às atividades necessárias para que os resultados e impactos aconteçam (o como). Também faz referência aos Produtos (outputs): alcances imediatos e tangíveis das intervenções. Exemplo: oficinas, relatórios, seminários.
- Para quem são dirigidas as ações? Determina o público-alvo para o qual as atividades se dirigem.
- Para o que são essas intervenções? Refere-se aos resultados e impactos que são esperados com as ações estratégicas dos programas/projetos.

Para facilitar o entendimento da Teoria da mudança foi elaborado um esquema gráfico:



Figura 11
Esquema da Teoria da Mudança

5.2

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste documento é definir o posicionamento estratégico do SEBRAE como um impulsionador da inclusão socioprodutiva. O principal objetivo do SEBRAE é incentivar e possibilitar a inserção no mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para geração de trabalho e renda, via empregabilidade e empreendedorismo, com viés emancipatório.



Joel Rodrigues / Agência Brasília

ACOLHER

- Envolve escuta ativa e compreensão das necessidades do indivíduo, orientação sobre os possíveis encaminhamentos, levando ao cliente a total compreensão sobre os serviços que serão ofertados no atendimento. No acolhimento é importante zelar por uma comunicação empática, adequada ao perfil do cliente, utilizando-se de técnicas lúdicas e de intervenção humanizada, contribuindo para a promoção da dignidade, autonomia e bem-estar do público-alvo.

CAPACITAR

- Oferta de capacitação socioemocional, empreendedora e técnica para que o indivíduo aprenda um ofício e compreenda que ele pode e deve assumir sua independência financeira a partir de seus dons e habilidades colocados em prática. Deve ser baseada na ideia de que a capacitação é uma ponte entre a situação atual e a autonomia. Para que os resultados voltados à inclusão socioprodutiva sejam alcançados, é fundamental que a etapa da capacitação tenha como foco o alcance do protagonismo empreendedor, a partir do resgate da dignidade e da autoestima.

5.3

PREMISSAS

Para que a inclusão socioprodutiva de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenha sucesso, é fundamental seguir algumas premissas que devem ocorrer durante as abordagens junto ao público-alvo, para conferir consistência aos argumentos e concretude aos resultados esperados.



André Borges / Agência Brasília

OPORTUNIZAR

- Criar oportunidade de acesso a mercado para os participantes, seja conectando com empregados ou com o mercado aos empreendedores. Esse momento é o "aprender fazendo". É essencial a mobilização da governança para a criação de políticas públicas e de ações voltadas ao fortalecimento dos setores econômicos locais (como, por exemplo, o comércio) por meio do estímulo à inclusão socioprodutiva.

INSPIRAR

- A teoria desperta e o exemplo move. Nesse sentido, é determinante dar visibilidade aos casos de sucesso de inclusão socioprodutiva, pois passarão a ser inspiração para sua comunidade e seus integrantes buscarem igual caminho e não medirem esforços para alcance dos resultados almejados. Os inspiradores são indivíduos inicialmente desesperançados que assumiram o protagonismo e mudaram suas vidas para melhor por meio do empreendedorismo, contando suas histórias para os que estão iniciando sua jornada.

5.4 PÚBLICO-ALVO

GESTOR PÚBLICO

- São os profissionais que atuam na administração pública, especialmente ligados à assistência social e afins.
- Em geral, a gestão pública atua com a inclusão socioprodutiva por meio dos programas nacionais de transferência de renda, de natureza contributiva direta ou indireta. Porém, esse tema tem ganhado espaço nas agendas de governo com o intuito de garantir a autonomia de renda e combater, em articulação com as demais políticas de proteção social, o ciclo geracional da pobreza. Dessa forma, é importante o apoio técnico do SEBRAE na capacitação e no engajamento dos gestores públicos para que priorizem essa tema na agenda do desenvolvimento econômico do município.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS)

- São entidades sem fins lucrativos que objetivam cooperar com o poder público no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que atendam às demandas sociais.
- Com a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), legislação que define as OSCs no Brasil, pode-se dizer que existem três tipos de OSCs:
 - Entidade privada sem fins lucrativos
 - Sociedades cooperativas
 - Organizações religiosas
- A maioria dessas organizações enfrentam dificuldades decorrentes de sua estrutura frágil e dos desafios para captar recursos e formalizar parcerias com o poder público. Tais organizações, portanto, devem ser capacitadas e preparadas pelo SEBRAE para atuação em rede. Assim, poderão ser capazes de influenciar ainda mais a mudança social, provocar a formulação de políticas públicas e oferecer serviços de interesse público, especialmente aqueles relacionados à Inclusão socioprodutiva.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

- São as pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) que é a base oficial que identifica e caracteriza as pessoas de baixa renda. São consideradas pessoas de baixa renda aquelas que possuem renda mensal per capita de até meio salário-mínimo.
- As pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentam limitações nas capacidades e funcionamentos. Nesse sentido, o papel do SEBRAE torna-se fundamental na capacitação para o desenvolvimento de habilidade técnica, emocionais e de gestão e no acesso a mercado e crédito.
- E ainda, o SEBRAE tem compromisso com emancipação desse público-alvo dos programas sociais do governo e por isso devemos levar em consideração sempre os inscritos no CadÚnico. É possível segmentar esse público-alvo em grupos sociais de acordo com a necessidade local como, por exemplo:
 - Beneficiários do Bolsa Família
 - Moradores de comunidades, favelas e periferias
 - Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis
 - Egressos do Sistema Prisional
 - Migrantes
 - Agricultores familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica
 - Assentados rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica
 - Pousos tradicionais e originários
 - Empreendedores informais de comunidade
 - Microempreendedores individuais (MEI) de comunidade

OBS:
No anexo II tem o detalhamento de algumas características desses grupos pertencentes ao público-alvo que o Sistema SEBRAE deve buscar impactar através de ações de inclusão socioprodutiva, especificando, também, o principal foco de atuação a ser dado em cada caso.

5.5

RESULTADOS
ESPERADOS

Na literatura, há diversas classificações para os indicadores em relação ao seu tipo e natureza, que podem ser encontradas em Costa e Castanhar (2003); Januzzi (2005); Rossi (2004); Draibe (2001). De forma prática, será adotada uma proposta conceitual de indicadores adaptada a partir desses autores, e que ajuda a responder a questões desde a perspectiva de monitoramento e de avaliação:

- **Avaliação ex-ante:** medidas relacionadas ao contexto do programa antes de ser implementado;
- **Processo:** medidas que ajudam na tradução do esforço empreendido para obtenção de resultados;
- **Satisfação:** medidas utilizadas para identificar a importância do programa para os participantes;
- **Resultado:** medidas que expressam os benefícios do programa para os seus participantes;
- **Impacto:** medidas relacionadas ao impacto do programa para além dos participantes, podendo estar relacionado a transbordamentos para a sociedade como um todo.



Charles Damasceno / Sebrae

Os resultados esperados são:

- Pessoas em situação de pobreza que participam de ações de inclusão socioprodutiva
- Percepção sobre o aumento de renda
- Pessoas em situação de pobreza atendidas pelo Sebrae que foram inseridas no mundo do trabalho via empregabilidade
- Pessoas em situação de pobreza atendidas pelo Sebrae que foram inseridas no mundo do trabalho via empreendedorismo
- Formalização de pequenos negócios oriundos de situação de vulnerabilidade socioeconômica
- Pessoas que se emanciparam do Cadastro Único
- Município com ações ou projetos de inclusão socioprodutiva
- Recomendação do Sebrae pelos clientes em situação de pobreza

Esses resultados devem ser metrificados em indicadores. A descrição desses indicadores está disponível em documento específico e será atualizado sempre que necessário.

5.6

ESTRUTURA DA ABORDAGEM DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

A abordagem é contextualizada de acordo com o território, a população-alvo, seu perfil demográfico e os principais obstáculos à inclusão socioprodutiva que serão enfrentados. A combinação de diferentes mecanismos permite uma resposta mais eficaz e adaptada às diversas necessidades e realidades dos públicos vulneráveis. Exemplos de intervenções incluem a capacitação técnica e profissional, acesso a crédito e serviços financeiros, e promoção de negócios coletivos.

A proposta é fundamentada em uma revisão sistemática de literatura que identificou e sistematizou diferentes tipos de abordagens, destacando a importância de atuar de forma multifacetada. A estrutura proposta garante que as intervenções sejam bem fundamentadas e direcionadas, permitindo uma implementação eficaz e adaptada ao contexto específico de cada público vulnerável, promovendo assim uma inclusão produtiva sustentável e transformadora.

De forma simplista, essa abordagem é um passo a passo para implementar ações de inclusão socioprodutiva.

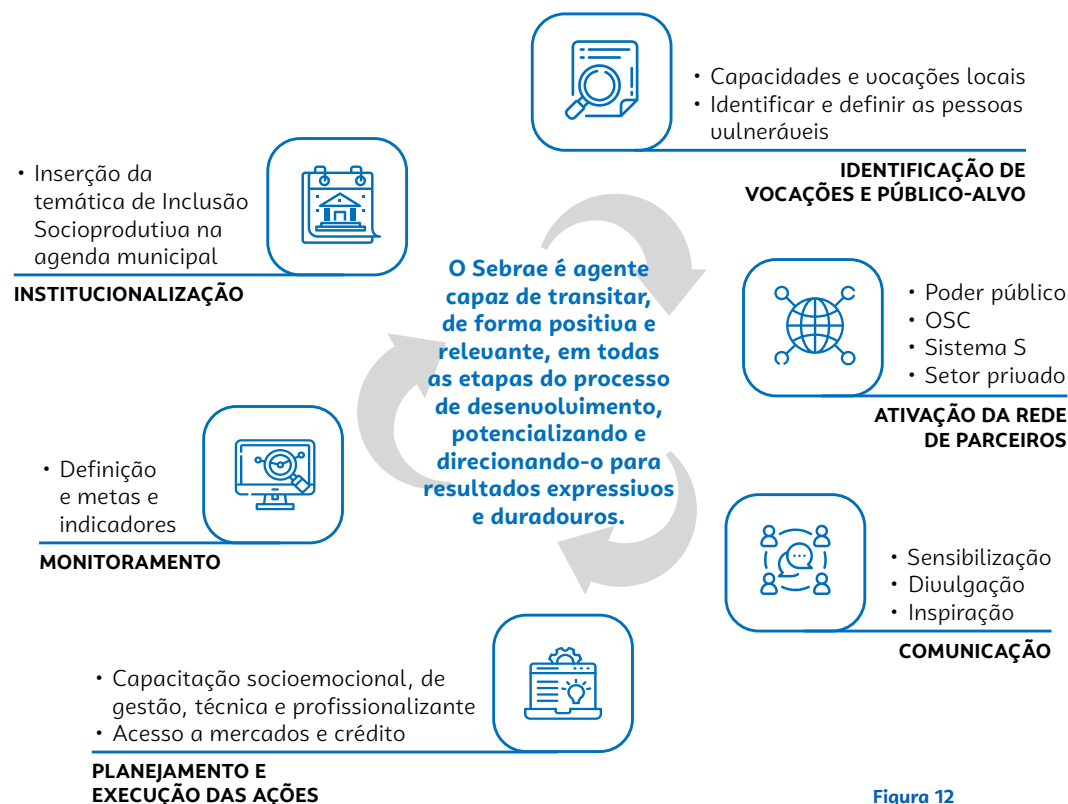


Figura 12
Estrutura da Abordagem de Inclusão Socioprodutiva

5.6.1

IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DO PÚBLICO-ALVO

A fase de identificação e diagnóstico territorial e do público-alvo é essencial para desenvolver estratégias eficazes de inclusão produtiva. Ao utilizar uma abordagem integrada de coleta e análise de dados, é possível desenvolver estratégias de inclusão produtiva que sejam eficazes e sustentáveis, promovendo a transformação socioeconômica das comunidades vulneráveis. Esta abordagem permite que as políticas de inclusão produtiva sejam adaptadas às realidades específicas de cada território, garantindo que as ações desenvolvidas tenham um impacto real e duradouro na melhoria da qualidade de vida.

IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PÚBLICO-ALVO

Nessa fase deve compreender quem são as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica na região, para direcionar as estratégias e ações do SEBRAE visando promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para isso é importante:

- Identificar comunidades locais e suas características.
- Selecionar comunidades participantes em conjunto com a rede de parceiros.
- Identificar as ações de inserção do mundo do trabalho e geração de renda que já estão sendo desenvolvidas na comunidade.



Charles Damasceno / Sebrae

Após a identificação, deve-se realizar um diagnóstico que envolve a coleta e análise de dados que representam as condições iniciais do público-alvo antes da implementação de ações do SEBRAE, denominada como linha de base.

Realizar diagnóstico do público-alvo é fundamental por várias razões. A primeira delas é que ela fornece uma base sólida para análise, monitoramento e ajuste ao longo do tempo, contribuindo para o sucesso a longo prazo das iniciativas. A segunda é que o conhecimento de informações detalhadas sobre as condições iniciais do público-alvo, permite a tomada de decisões mais personalizadas, identificando áreas que podem precisar de mais recursos.

Para isso, é importante considerar alguns aspectos:

- Identificar os indicadores-chave que serão usados para medir o progresso em relação aos objetivos a serem alcançados e elaborar questionários, entrevistas, grupos focais ou outros instrumentos de coleta de dados que se alinhem aos indicadores identificados.
- Analisar os dados demográficos, estatísticas sociais e outros estudos relacionados ao público-alvo ou à área geográfica.

- Analisar questões sociais como:
 - Desigualdade de Gênero: Avaliar como as mulheres são afetadas pelas desigualdades e quais são suas necessidades específicas em termos de capacitação e apoio.
 - Diversidade Étnico-Racial: Identificar as barreiras enfrentadas por grupos étnico-raciais, como afrodescendentes e comunidades tradicionais, e desenvolver estratégias inclusivas.
 - Segurança Alimentar e Nutricional: Investigar a situação de segurança alimentar e nutricional das famílias, identificando a necessidade de programas complementares de assistência.
- Analisar questões educacionais como:
 - Nível de Escolaridade: Levantar o nível de escolaridade da população-alvo e identificar lacunas educacionais que precisam ser preenchidas.
 - Acesso à Educação: Avaliar o acesso a instituições educacionais e programas de formação profissional, bem como identificar barreiras ao acesso.
 - Capacitação Técnica: Identificar as áreas de maior demanda por capacitação técnica e profissional, adaptando os programas de formação às necessidades locais.
 - Alfabetização e Letramento: Avaliar o nível de alfabetização e letramento dos participantes, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais realidades específicas de cada território, garantindo que as ações desenvolvidas tenham um impacto real e duradouro na melhoria da qualidade de vida.

CAPACIDADES E VOCAÇÕES LOCAIS

As capacidades e vocações locais correspondem às atividades econômicas que já são ou podem ser exploradas e melhor desenvolvidas no âmbito do território. Entender essas capacidades e vocações produtivas é de suma importância para que as ações de inclusão socioprodutiva sejam mais assertivas.

Para compreender as capacidades e vocações locais faz-se necessário:

- Coletar informações sobre as necessidades, desafios e oportunidades em relação ao empreendedorismo e desenvolvimento local;
- Identificar setores econômicos com potencial de crescimento e demandas específicas de mercado na região;
- Analisar tendências e oportunidades de negócios emergentes que possam ser exploradas pelos empreendedores locais.

Toninho Tavares / Agência Brasília



5.6.2

IDENTIFICAÇÃO E ENGAJAMENTO DA REDE DE PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Nessa etapa deve identificar e engajar organizações, instituições e empresas públicas, privadas e do terceiro setor que podem contribuir para a inclusão socioprodutiva. Para isso é importante:

- Sensibilizar os potenciais parceiros sobre a importância da realização de ações estruturantes e conjuntas de inclusão socioprodutivas podem contribuir com o desenvolvimento local, melhorando as vidas e condições econômicas de todos os atores envolvidos no contexto do território.
- Fortalecer a capacidade técnica e gerencial dos parceiros para a implementação e continuidade das ações.
- Mobilizar recursos financeiros para apoiar as iniciativas de inclusão produtiva.
- Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre parceiros.
- Estabelecer comitês de governança para coordenar as ações de inclusão produtiva e garantir a colaboração efetiva entre os parceiros.
- Elaborar planos de ação integrados que alinhem os esforços dos parceiros em torno de objetivos comuns.
- Garantir a eficácia e a sustentabilidade das parcerias através de um sistema robusto de monitoramento e avaliação.

O SEBRAE deve ser compreendido como um articulador e indutor da inclusão socioprodutiva à medida que promove conexões e interações entre diversos agentes, impulsionando a formação de um ambiente fértil para o desenvolvimento de projetos e um executor responsável pela capacitação e formação do público-alvo por meio dos seus diversos serviços e produtos.

Os principais parceiros para execução de ações de inclusão socioprodutiva são:

PODER PÚBLICO (MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL)

Tem papel de protagonismo, seja em decorrência de sua capacidade de investimento ou capilaridade. De modo particular, o Brasil tem diversas políticas de combate à exclusão social por meio da Inclusão socioprodutiva e o SEBRAE é peça fundamental na articulação entre as diferentes pastas da administração pública e na operacionalização das ações.

O Governo Federal é um parceiro estratégico, pois seus diversos Ministérios promovem diferentes iniciativas com o objetivo de garantir os direitos e a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de pobreza. Em conjunto com o SEBRAE é possível operacionalizar essas ações nacionais nos diversos municípios brasileiros.

Outro parceiro estratégico são os parlamentares, pois conhecem as realidades dos seus respectivos municípios e estado e podem articular recursos de emenda parlamentares para financiar os projetos de inclusão socioprodutiva.

No âmbito do estado e municípios, os governadores, prefeitos e seus respectivos secretários são aliados fundamentais no planejamento, execução e continuidade de políticas públicas que ampliem direitos e garantam dignidade e qualidade de vida da população.

Vale destacar o papel do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como um dos principais parceiros nas ações de inclusão socioprodutiva, pois no Brasil, o CRAS é a porta de entrada de apoio às famílias vulnerabilizadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com o último Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), realizado, em 2019, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, existiam 8.357 unidades CRAS em 5.512 municípios brasileiros.

Os CRAS são responsáveis por realizar o cadastro no CadÚnico (cadastro que habilita famílias e pessoas vulnerabilizadas a serem assistidas pelo município e a receberem auxílios como o Bolsa Família), além de acompanhar os cadastrados. Ademais, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS tem como um de seus objetivos acolher, entender os contextos das famílias atendidas e traçar estratégias para suas superações, onde as políticas de inclusão socioprodutiva municipais se encaixam perfeitamente. Adicionalmente, conduzem o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), cujo escopo inclui a identificação e sensibilização de seus usuários para oportunidades de inclusão socioprodutiva, o desenvolvimento de suas habilidades pessoais, a orientação e o acesso ao trabalho.

O SEBRAE entende que uma das mais relevantes estratégias para trabalhar a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo, em atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, é atuar com o apoio dos CRAS, bem como em articulação com as diferentes pastas das Prefeituras.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

A Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, tem como principal objetivo regular parcerias entre a administração pública e as OSC's, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Assim, busca aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às OSC's e suas relações de parceria com o Estado.

O MROSC elevou as OSC's a um novo patamar. Sua implementação é de suma importância para valorizar tais organizações como parceiras do Estado na garantia e efetivação de direitos, qualificando as políticas públicas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora.

As OSC's são essenciais na formulação de políticas públicas, na sua execução e, ainda, no monitoramento e avaliação das ações implementadas, visando o controle social (MROSC, 2016). Elas conectam pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social aos mecanismos disponíveis para auxiliá-las, sendo um relevante espaço de confiança às mesmas, devido ao conhecimento privilegiado que possuem do território e por estarem próximas do público, acompanhando sua evolução e garantindo resultados nas ações.

Ubirajara Machado / MDS



SISTEMA S

No Brasil, o Sistema S é composto por um conjunto de instituições voltadas para o desenvolvimento de setores específicos da economia por meio de capacitação profissional, promoção social, assistência técnica, consultoria, pesquisa e outros serviços. Algumas das principais instituições do Sistema S incluem SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SEST/SENAT (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), e SESI (Serviço Social da Indústria). Especialmente as capacitações voltadas para ofícios, demandam infraestrutura, como maquinário, laboratórios ou metodologias pedagógicas e professores com técnica altamente especializada.

As capacitações profissionalizantes são essenciais quando se trata de inclusão socioprodutiva, pois amplia os conhecimentos e melhora as habilidades profissionais para inserção no mundo do trabalho.



SETOR PRIVADO

Atualmente as empresas são estimuladas a incorporar em os aspectos Ambiental, Social e Governança (ESG) como uma forma de mostrar responsabilidade e comprometimento com o mercado que atuam, seus consumidores, fornecedores, colaboradores e investidores. Dessa forma, podem ser desenvolvidas parcerias de incentivo e doações do empresariado local para prover insumos de trabalho ao público-alvo a que se pretende incluir através das políticas de inclusão socioprodutiva municipais.

As ações em desenvolvimento com as empresas locais podem ser de natureza diversa, sendo contidas em áreas distintas como: recursos humanos, responsabilidade social, investimento social privado. Entre as possibilidades de articulação conjunta com o setor privado, cita-se:

- Acordos para que as empresas privilegiem pequenos fornecedores em processos de compras também podem ser pensados em conjunto.
- O mapeamento por demandas de mão de obra, prestadores de serviços autônomos e insumos pode ser alcançado através das empresas, a fim de que as formações municipais sejam focadas nas práticas necessárias.
- Programas de qualificação de fornecedores em regras, sistema de gestão, cumprimento de legislações e parâmetros de qualidade podem ser pensados pelo município para que o público-alvo esteja capacitado para fornecer insumos ao próprio município e às empresas locais.
- Ações de investimento social privado com foco na inclusão socioprodutiva também podem ser desenvolvidas em conjunto.
- Ações de incentivo à produção local, como feiras nas empresas para a venda e apresentação dos produtos e serviços desenvolvidos pela população alvo.

5.6.3

COMUNICAÇÃO

Alcançar o público-alvo e conseguir se comunicar com ele de maneira efetiva é o objetivo desta fase. A comunicação terá o objetivo de sensibilizar o público quanto à relevância e oportunidade existentes nas ações de inclusão socioprodutiva. Construir tais estratégias conjuntamente com as lideranças locais pode potencializar os resultados.

A mensagem elaborada precisa utilizar linguagem adequada, pensada de forma estratégica, através dos tipos e canais corretos, com a empatia e simplicidade necessárias que a comunicação com populações vulneráveis requer.

A comunicação precisa ser positiva, com linguagem escrita, verbal e corporal - quando em situações presenciais - convidativa e compreensiva ao público-alvo das políticas de inclusão socioprodutiva. É fundamental que a abordagem seja completamente livre de preconceitos, especialmente aqueles relativos ao processo que levou a pessoa à situação de vulnerabilidade, ou aos motivos que levam a perpetuação da situação.



Roberta Aline/MDS

Conjuntamente à utilização de linguagem adequada para se comunicar com o público-alvo, é fundamental compreender o público com o qual irá se comunicar. Para tanto, é recomendado que seja utilizada a abordagem das Ciências Comportamentais para entender o comportamento deste público. As Ciências Comportamentais consistem em um campo de estudos multidisciplinar, voltado a compreender o comportamento e os padrões de tomada de decisões das pessoas. Com a compreensão desse comportamento, é possível criar políticas públicas baseadas em evidências e que de fato se adequem às necessidades da população alvo.

Por outro lado, a comunicação contribui para uma das premissas desse referencial que é o "Inspirar". A divulgação de pessoas que participaram de projetos/processo e tiveram a transformação de suas vidas influencia e sensibiliza outros participantes.

5.6.4

DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

Essa fase trata-se da identificação, divulgação e aplicação de soluções, conforme contexto do público-alvo a ser trabalhado.

DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO

A fase de definição de solução diz respeito à decisão sobre quais intervenções serão realizadas para alcançar os objetivos postos. O ambiente socioprodutivo apresenta desafios significativos, como a alta taxa de desemprego, a informalidade, a baixa escolaridade, a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos e a diversidade cultural e social. A escolha das soluções deve levar em consideração as especificidades e particularidades de cada público-alvo e contexto territorial para garantir a eficácia das intervenções, bem como, aspectos internos, como prazos, recursos e responsáveis, entre outros.

As soluções escolhidas devem integrar de forma coerente e sinérgica, garantindo que elas, em conjunto, impulsionam o crescimento empreendedor da comunidade.

O SEBRAE estruturou um portfólio de soluções a ser aplicado nas ações de inclusão socioprodutiva que possa se moldar ao perfil, interesse, vocação e capacidade operacional de cada local, gerando uma oferta customizada e efetiva. Esse portfólio está disponível em documento específico e que será atualizado, conforme necessidades identificadas. Importante consultar sempre portfólio de Inclusão Socioprodutiva.

Diversas intervenções utilizam a capacitação como caminho para a Inclusão socioprodutiva. Elas possuem formatos diversos, sen-

do que algumas são mais simples e com curta duração, enquanto outras capacitam em diversas frentes, são complexas e têm longa duração.

Importante que as soluções escolhidas atendam as seguintes capacitações:

- Capacitação socioemocional: são voltadas para o desenvolvimento de habilidades de vida ou soft skills. Considerando que parte do público potencial das ações de Inclusão socioprodutiva tendem a não tem esperanças de encontrar um trabalho e, assim sendo, não buscam ocupações, faz-se necessário trabalhar resgate de autoestima, propósito de vida, relacionamento interpessoal, dentre outros aspectos.
- Capacitação profissionalizante: são voltadas para o desenvolvimento de habilidades técnicas. É importante que essas formações estejam alinhadas com as vocações locais
- Capacitação de gestão: são voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências de gestão e de empreendedorismo.

Considerando que o objetivo é fazer a inclusão socioprodutiva de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sugere-se que após as capacitações realiza-se ações de acesso a mercado e crédito:

- Acesso ao mercado: esse momento é fundamental para os empreendedores acessarem o consumidor, bem como acesso às compras públicas e à cadeia produtiva das grandes empresas, por exemplo. É uma grande oportunidade de conectar às ações de inclusão socioprodutiva do SEBRAE com o Cidade Empreendedora.
- Acesso a crédito, serviços financeiros, renda e ativos: é o momento de o SEBRAE aproximar os empreendedores capacitados dos serviços e produtos financeiros oferecidos pelas instituições financeiras em operação no País.

IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

A implementação das ações pressupõe algumas definições:

- Metas a partir dos indicadores descritos neste documento.
- Marcos críticos para ajudar no monitoramento.
- Responsabilidades de cada parceiro envolvido.
- Origem e montante dos recursos financeiros e econômicos necessários.
- Cronograma físico e financeiro

5.6.5

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

O monitoramento e a avaliação de impacto são fundamentais para viabilizar o desenho das ações com efeitos perenes e apoia os gestores a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade.

- **Monitoramento:** é uma ferramenta de gestão que acompanha sistematicamente a implementação de um programa, consolidando e analisando informações sobre as atividades, produtos e resultados intermediários de modo a fornecer um panorama das ações realizadas frente às planejadas e a verificar o progresso dos indicadores no cumprimento de metas. Isto, por sua vez, com o objetivo de subsidiar feedbacks qualificados e que respaldam a tomada de decisão. Exemplos de perguntas que o monitoramento busca responder são: as ações do programa foram realizadas conforme o planejado? O público-alvo foi atingido e completou a jornada? Em que medida as metas definidas foram alcançadas?
- **Avaliação de impacto:** é um processo de determinação do mérito, importância e valor. Ela oferece um parecer sobre se as ações realizadas produziram os efeitos esperados e quão bons ou convenientes são estes efeitos. Assim, a avaliação de impacto permite emitir julgamentos de valor sobre a eficácia ("as ações são as melhores?"), a eficiência ("as ações são custo-efetivas?"), a pertinência das ações, a qualidade de implementação, sua escalabilidade e sustentabilidade. Exemplos de perguntas avaliativas são: as ações fizeram diferença na qualidade de vida do público-alvo? Os efeitos foram significativos e compensam os esforços e recursos investidos? As ações escolhidas são a solução ideal? Elas abordam os principais pontos de um problema?

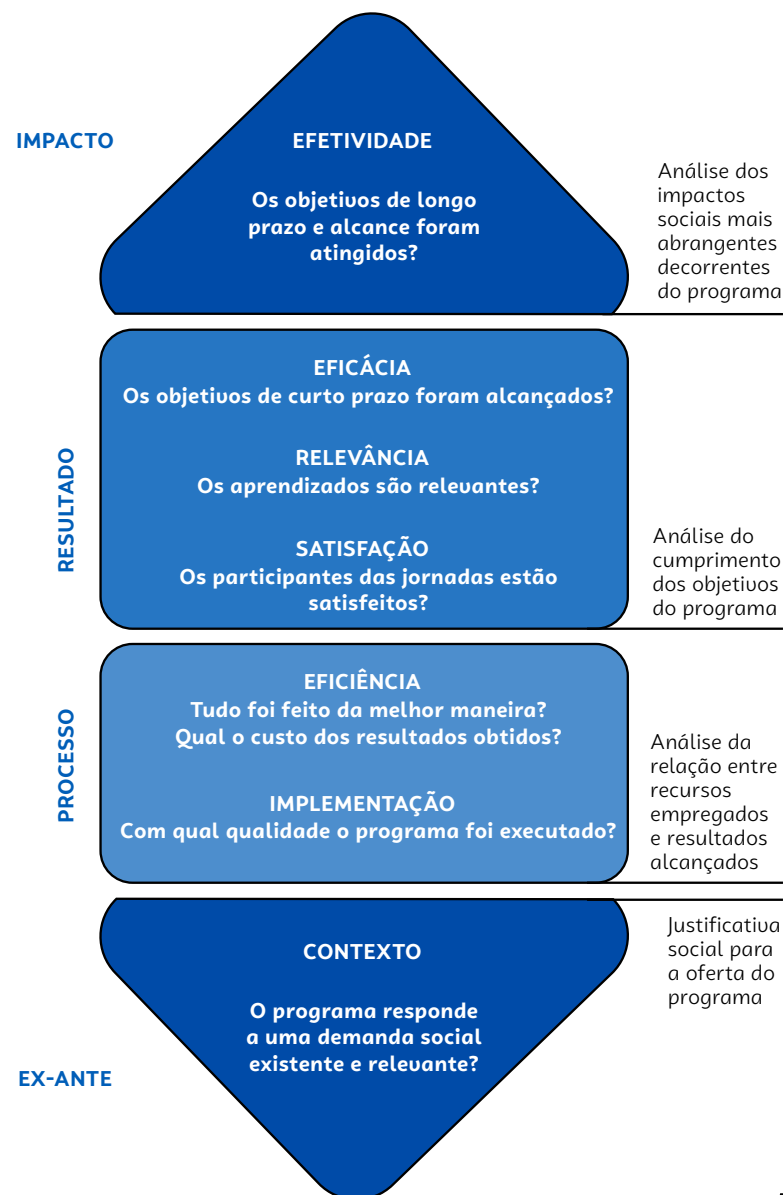


Figura 13
Monitoramento e avaliação de impacto

5.6.6

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

O tema inclusão socioprodutiva ainda não se consolidou como um referencial agregador de projetos e ações na agenda governamental. Embora tenha crescido significativamente, nos últimos anos, ainda tem operação difusa, financiamento instável e com dificuldade de se estabelecer informações agregadas que permitam avaliações e acompanhamentos mais sistemáticos de seus resultados. Nesse sentido, o esforço deve ser direcionado para uma articulação entre programas e unidades burocráticas responsáveis pela proteção social, visando criar sinergias no combate à pobreza e redução das desigualdades.

Por isso, as ações de inclusão socioprodutiva devem ser conectadas com o Programa Cidade Empreendedora, pois o gestor público deve institucionalizar as ações de inclusão socioprodutiva na agenda de desenvolvimento do município, estabelecer meios de minimizar os impactos da desigualdade e pobreza através do acesso ao mundo do trabalho e geração de renda e elaborar e/ou atualizar os normativos que estabelecem os princípios e as ações de inclusão socioprodutiva que serão adotadas na gestão pública (especialmente a Assistência Social).

No entanto, o combate à pobreza e a transformação social demandam governança, recursos, monitoramento e avaliações que nasçam da institucionalização, que por sua vez organiza a atuação e as responsabilidades, assegura compromissos e aumenta a eficiência dos projetos.



Shutterstock

5.6.7

A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E O CIDADE EMPREENDEDORA

O Cidade Empreendedora é uma abordagem estratégica que propõe a transformação dos municípios por meio da melhoria do ambiente de negócios, do fomento ao empreendedorismo e da dinamização da economia local, operando como um agregador do relacionamento do Sebrae com as prefeituras e organizando e integrando suas diversas linhas de ação para potencializar e monitorar o conjunto de esforços realizados pela instituição nos municípios.

A estratégia do programa parte de uma visão sistêmica do território, mas com atuação direta junto ao poder público, para que este seja um agente mobilizador, facilitador e fomentador do desenvolvimento.

O Cidade Empreendedora é organizado em 10 eixos de atuação, que foram definidos de forma a contemplar todas os temas que influenciam o desenvolvimento dos territórios.



Figura 14
Eixos do Cidade
Empreendedora

Um dos eixos do Cidade Empreendedora é a Inclusão Socioprodutiva que tem por objetivo possibilitar para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica a inserção no mundo do trabalho, seja pela empregabilidade ou pelo empreendedorismo. Neste contexto, a prioridade é atuar em conjunto com a gestão pública, especialmente com um equipamento voltado para o atendimento de pessoas em situações de vulnerabilidade, os Centros de Referências da Assistência Social, conhecido como CRAS.

A abordagem do Programa Cidade Empreendedora é interconectada e sistêmica, permitindo que tais eixos se conectem no município. Dessa forma, entende-se que a atuação do eixo Inclusão Socioprodutiva tem convergência com demais eixos, como por exemplo:

- **Lideranças Locais e Governança:** os líderes locais são peças fundamentais para mobilização, sensibilização e continuidade das ações realizadas com o público-alvo da inclusão socioprodutiva. Bem como, a formação de cooperativas e afins para gerar trabalho e renda de forma coletiva.
- **Sala do Empreendedor:** tem papel de apoiar e preparar os empreendedores (formais e informais) e os que pretendem empreender oriundos de situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- **Compras Públicas e acesso a crédito:** a gestão pública tem papel importante na geração de renda dos municípios por meio de acesso a mercado (compras de produtos/serviços de pequenos negócios locais). Vale destacar que compras públicas tem papel fundamental na segurança alimentar e no fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais. O acesso ao crédito garante igualdade de oportunidades, melhora as condições de vida e de trabalho e amplia o desenvolvimento econômico e social do município.

- **Empreendedorismo na escola:** os pais de alunos de escolas inseridas em regiões vulneráveis e os jovens acima de 18 anos precisam ser sensibilizados e capacitados sobre comportamentos empreendedores que são importantes na obtenção de trabalho e renda (via empregabilidade ou empreendedorismo).
- **Identidade, vocações e mercado:** compreender a realidade local (aspectos setoriais, econômicos, sociais, ambientais, culturais, institucionais e outros) é de suma importância para definição das ações de inclusão socioprodutiva, pois elas devem atender às demandas e necessidades locais e, assim, gerar trabalho e renda.

Roberta Aline/MDS



5.6.8

A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A inclusão socioprodutiva é uma peça-chave para o desenvolvimento sustentável de um país, sendo um pilar importante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os ODS representam uma visão global compartilhada para promover a prosperidade, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas alcancem uma vida digna até 2030. Por isso, é preciso levar muito a sério as orientações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) junto à Organização das Nações Unidas ONU), com destaque para:

- ODS 1 – Erradicação da pobreza**
- ODS 8 – Promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico**
- ODS 10 – Redução das desigualdades**
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação**

A inclusão socioprodutiva, nesse contexto, refere-se à criação de oportunidades equitativas de geração de trabalho e renda para pessoas que vivem em situação de exclusão social, contribuindo para que todos os cidadãos participem ativamente da economia.

Incluir produtivamente grupos marginalizados não se limita apenas a garantir empregos, mas também abrange o acesso a recursos, educação de qualidade, serviços de saúde e participação plena na vida social e política, acesso à formação profissional, fomento ao empreendedorismo, acesso a infraestrutura de saneamento etc. Isso se relaciona ao conceito de pobreza multidimensional, que está associado a uma perspectiva de desenvolvimento pleno do cidadão, contribuindo para inserção no mercado de trabalho, via empregabilidade ou empreendedorismo, e garantindo acessos a serviços essenciais.

Muitos ODS estão relacionados à pobreza multidimensional, o principal deles é o **ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA**, que tem como meta erradicar a pobreza no mundo até o ano de 2030. De acordo com dados da ONU, se as atuais tendências persistirem, 575 milhões de pessoas continuarão a viver em extrema pobreza (7% da população mundial), e apenas um terço dos países terá reduzido pela metade seus níveis nacionais de pobreza até 2030. Apesar da ampliação da proteção social durante a crise da COVID-19, mais de 4 bilhões de pessoas permanecem completamente desprotegidas.

Também associado ao objetivo de erradicação da pobreza, está o **ODS 10 - REDUÇÃO DE DESIGUALDADES**. De acordo com dados das Nações Unidas, nos últimos 20 anos, mais da metade dos países teve um crescimento do rendimento dos 40 por cento da população mais pobre, gerando uma diminuição do nível de desigualdade mundial. Porém, esse aumento

foi mais acentuado para países desenvolvidos, em comparação a países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. No Brasil, a proporção de pessoas que vivem abaixo de 50 por cento do rendimento médio reduziu de 25,9% em 1990 para 22,2% em 2021. No entanto, o país ainda possui um dos maiores índices de desigualdade do mundo, ocupando a 9ª posição mundial do índice de Gini.

No âmbito do **ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico**, a inclusão socioprodutiva também desempenha um papel crucial. Garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de contribuir de maneira significativa para a economia não apenas promove a equidade social, mas também impulsiona o crescimento econômico sustentável.

À medida que as economias se recuperavam do choque da pandemia da COVID-19, a taxa de desemprego global diminuiu significativamente em 2022, caindo de 6,6% em 2020 para 5,6% em 2022, de acordo com dados das Nações Unidas. O desemprego global total estimado em 2022 foi de 192 milhões. As projeções indicam que o desemprego global deverá diminuir ainda mais no próximo ano, o equivalente a 191 milhões de pessoas. Porém, essa diminuição é impulsionada, principalmente, pelos países desenvolvidos. O mesmo cenário não é esperado para países em desenvolvimento. O contexto de desaceleração do crescimento do PIB per capita a nível mundial, atrelado a crise na economia global, levou a um aumento dos trabalhadores com um emprego informal.

Como dito anteriormente, no Brasil, há um total de 8,6 milhões de pessoas desempregadas (PNAD/2023), e embora houve uma queda de mais de 1,4 milhões de desempregados, em comparação a 2022, o fator que mais impulsionou essa queda foi o aumento de trabalhadores com algum tipo de vínculo informal, ou seja, emprego sem carteira assinada.

O **ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO** destaca a importância da colaboração entre diferentes setores, incluindo governo, setor privado e sociedade civil. Essas parcerias são fundamentais para promover iniciativas que visam a inclusão socio-

produtiva, pois podem envolver o desenvolvimento de políticas, programas e projetos que incentivem a participação de grupos marginalizados na economia.

Ao criar oportunidades de emprego, fomentar o empreendedorismo e garantir o acesso igualitário aos recursos, é possível reduzir significativamente os níveis de pobreza em comunidades marginalizadas. A inclusão socioprodutiva, nesse sentido, atua como um motor para impulsionar o progresso em direção à meta de erradicação da pobreza, crescimento econômico com boas condições de trabalho e diminuição da desigualdade.

Como pode observar, os ODS são compromissos globais entre os mais diversos atores, como governos, instituições, sociedade civil e o próprio setor privado. As empresas têm uma função social relevante e são cada vez mais cobradas em relação ao seu posicionamento diante dos principais desafios globais de hoje. Nesse sentido, ESG (Environmental, Social and Governance) está intimamente relacionado aos ODS, uma vez que diz respeito a práticas empresariais fundamentais para o desenvolvimento sustentável da organização como parte da sociedade.

As práticas de ESG referem-se a critérios ambientais, sociais e de governança que as organizações consideram em suas operações e tomadas de decisão. A inclusão socioprodutiva, por sua vez, diz respeito a criar oportunidades para que diversos grupos da sociedade participem de maneira significativa na economia. A relação entre ESG e inclusão socioprodutiva envolve a compreensão de como as práticas empresariais sustentáveis e responsáveis podem contribuir para a promoção da inclusão econômica.

Atualmente as médias e grandes empresas possuem em seu modelo de governança o apoio e execução de ações de ESG para demonstrar que seu modelo de negócios valoriza não só o lucro, mas também um propósito maior para a comunidade, tornando-se muito mais atrativas, tanto para os consumidores quanto para potenciais investidores. É de suma importância que o SEBRAE atue em conjunto com essas empresas na implantação de ações de inclusão socioprodutivas em suas respectivas regiões.

6 ANEXOS

ANEXO I GLOSSÁRIO BÁSICO

Angélica Cordova / Sebrae



SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), a gestão das ações na área de assistência social no Brasil é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). Criado em 2005, o Suas, presente em todo o Brasil, tem por "objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos."

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS - CADÚNICO

O CadÚnico reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas informações permitem ao governo e outros agentes da sociedade civil elaborar projetos e ações para reduzir o risco social dessas famílias. O CadÚnico é um mapa da vulnerabilidade territorial dos municípios e deve ser utilizado para outras ações além da seleção dos beneficiários do Bolsa Família. Com o CadÚnico o Governo Federal unificou diversos auxílios federais que antes eram dispersos.

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS define os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como "unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias" (§ 1º do Art. 6º-C da Lei nº 8.742/1993). Os CRAS são a porta de entrada da assistência social no Brasil. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), a proteção social básica refere-se a “um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Desenvolvimento humano se refere ao “processo de ampliação das capacidades das pessoas, de suas competências e o fortalecimento de suas habilidades para aproveitarem as oportunidades e por meio delas desenvolverem as condições de escolherem a vida que desejam ter.” Assim, se refere também ao processo de ampliação das liberdades das pessoas com relação às suas capacidades e oportunidades. “Pode ser compreendido como o desenvolvimento das pessoas por meio da construção de capacidades humanas, com a participação ativa dos indivíduos no centro dos processos que possibilitam a valorização e a melhora da qualidade de suas vidas.” (Metodologia das 3 Fases, p. 10; e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: <http://www.atlasbrasil.org.br>).

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), a gestão das ações na área de assistência social no Brasil é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). Criado em 2005, o Suas, presente em todo o Brasil, tem por “objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.”

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS - CADÚNICO

O CadÚnico reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas informações permitem ao governo e outros agentes da sociedade civil elaborar projetos e ações para reduzir o risco social dessas famílias. O CadÚnico é um mapa da vulnerabilidade territorial dos municípios e deve ser utilizado para outras ações além da seleção dos beneficiários do Bolsa Família. Com o CadÚnico o Governo Federal unificou diversos auxílios federais que antes eram dispersos.

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS define os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como “unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias” (§ 1º do Art. 6º-C da Lei nº 8.742/1993). Os CRAS são a porta de entrada da assistência social no Brasil. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), a proteção social básica refere-se a “um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Desenvolvimento humano se refere ao “processo de ampliação das capacidades das pessoas, de suas competências e o fortalecimento de suas habilidades para aproveitarem as oportunidades e por meio delas desenvolverem as condições de escolherem a vida que desejam ter.” Assim, se refere também ao processo de ampliação das liberdades das pessoas com relação às suas capacidades e oportunidades. “Pode ser compreendido como o desenvolvimento das pessoas por meio da construção de capacidades humanas, com a participação ativa dos indivíduos no centro dos processos que possibilitam a valorização e a melhora da qualidade de suas vidas.” (Metodologia das 3 Fases, p. 10; e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: <http://www.atlasbrasil.org.br>).

ANEXO II DETALHAMENTO DO PÚBLICO-ALVO

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none">• Beneficiários do Bolsa Família.	<ul style="list-style-type: none">• No Brasil, são mais de 21 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família (Governo Federal, 2023), em todas as regiões do país.	<ul style="list-style-type: none">• Pensar em políticas de inclusão socioprodutiva que contemplem a diversidade dos perfis dos inscritos.• Promover parcerias com governos locais para impulsionar a inclusão socioprodutiva em áreas chave das regiões.• Apoiar os governos locais a dar enfoque de esforços aos públicos-alvo mais necessitados naquele local específico.• Criar estratégias para favorecer a sua organização em associações e/ou cooperativas, sempre que possível.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> Moradores de comunidades (favelas e periferias) 	<ul style="list-style-type: none"> De acordo com o Data Favela (2023), aproximadamente 17,9 milhões de pessoas residem em comunidades no Brasil. Conforme a pesquisa da Brasil Real (2022), os habitantes dessas áreas geram anualmente mais de R\$167,8 bilhões em movimentação econômica. Dentro das favelas, 35% desejam empreender e estabelecer um negócio próprio, que representa o principal objetivo profissional para esses moradores. Cerca de 42,9% desses empreendedores manifestaram a necessidade de crédito ou outras formas de investimento para ampliar suas iniciativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar na estruturação de ações de capacitação de moradores de comunidades e periferias para o desenvolvimento da atividade empreendedora. Apoiar na estruturação de parcerias para a capacitação técnica desta população para atividades profissionais em diversos setores. Apoiar no desenvolvimento de eventos/ encontros locais com foco no empreendedorismo em comunidades e periferias. Apoiar na estruturação de programas de transferência de crédito para que as populações tenham capital semente para iniciarem suas atividades empreendedoras.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> Mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica 	<ul style="list-style-type: none"> Quando tratamos de beneficiários de serviços socioassistenciais no país, 83% das famílias inscritas no CadÚnico são chefiadas por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar ações de Inclusão socioprodutiva em desenvolvimento para as especificidades do público sejam atendidas. Integrar programas de outras áreas voltados para o público-alvo, com objetivo de promover inclusão socioprodutiva.
<ul style="list-style-type: none"> Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis 	<ul style="list-style-type: none"> Segundo dados do Ipea (2012), no Brasil, há cerca de 400 mil catadores(as) de resíduos sólidos. Suas principais características são: <ul style="list-style-type: none"> Possuem baixa escolaridade Possuem uma renda média de R\$571,56. 93% vivem no ambiente urbano 4,5% vivem abaixo da linha da pobreza absoluta 10% estão organizados em cooperativas 58% contribuem para a Previdência 68,9% são homens Todo ano, no Brasil, R\$8 bilhões são desperdiçados por falta de reciclagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Despender esforços para a formalização das atividades realizadas. Criar estratégias de qualificação em processos que relacionam a higiene às atividades desenvolvidas. Qualificar no desenvolvimento de atividades fruto da coleta de resíduos e que possa trazer maior potencial produtivo. Apoiar os governos locais e regionais a desenvolverem políticas que alcancem este grupo e deem carga do potencial econômico atualmente desperdiçado. Apoiar o grupo na sua organização em associações e/ou cooperativas.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> • Egressos do Sistema Prisional 	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo o CNJ (2020), das pessoas maiores de 18 anos com registro penal, 42,5% haviam retornado ao sistema prisional até o final de 2019. • Pesquisa da Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (2021), demonstrou que 45% das pessoas egressas do sistema prisional brasileiro enfrentam dificuldades para acesso ao trabalho. Todas as pessoas entrevistadas nesta mesma pesquisa apontaram desconhecer a existência de políticas voltadas à empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programas e políticas junto ao sistema penitenciário e o sistema de justiça brasileiro que visem à inclusão socioproductiva dos egressos do sistema prisional. • Desenvolver programas e políticas, em parcerias com diversos atores (Prefeituras, sistema penitenciário e de justiça, empresas, instituições de ensino técnico e profissionalizante) para a qualificação profissional de presos e egressos do sistema. • Desenvolver programas e políticas voltadas a melhorar o conhecimento desta população acerca de políticas voltadas à empregabilidade e à sua regularização documental. • Criar estratégias para favorecer a sua organização em associações e/ou cooperativas, sempre que possível.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> • Migrantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados do Ministério da Justiça (2023), apontam que há 1,5 milhão de imigrantes no Brasil, sendo que cerca de 650 mil são refugiados. • Entre os dados levantados, está o de que o mercado de trabalho criou 35 mil vagas para imigrantes em 2022. • Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest (2022), aponta que o desemprego ou a dificuldade para encontrar trabalho são os principais problemas enfrentados por 66% dos refugiados no Brasil. Cerca de 35% dos entrevistados estavam desempregados quando responderam ao questionário, enquanto 31% eram assalariados. Dentre o grupo que estava trabalhando, o setor de serviços era o principal responsável pelas contratações. • Uma pesquisa da ACNUR (2019), apresentou que 79,5% dos refugiados possuíam renda familiar média inferior a R\$3.000,00. A grande maioria dos entrevistados declarou falar português fluente, e um grande desafio para a realocação no mercado de trabalho é a quantidade de imigrantes aguardando pela revalidação do diploma. Além disso, quase 20% dos entrevistados estavam à procura de um emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar na estruturação de capacitações de imigrantes para o trabalho junto ao setor de serviços, em suas diferentes áreas. • Apoiar na criação de políticas e parcerias voltadas a promover a empregabilidade de imigrantes. • Apoiar na estruturação de capacitações técnicas de imigrantes para o exercício de atividades empreendedoras.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> Agricultores familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica 	<ul style="list-style-type: none"> Conforme dados do Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023, divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os agricultores familiares brasileiros representam o oitavo maior produtor de alimentos do mundo. Segundo a Embrapa, no Brasil, a agricultura familiar corresponde a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. No Censo Agropecuário de 2017, que abarcou mais de 05 milhões de propriedades rurais do Brasil, 77% dos estabelecimentos agrícolas foram classificados enquanto de agricultura familiar. Fora isto, a agricultura familiar, no período, gerava mais de 10 mil empregos (para setembro de 2017), ou seja, 67% do total de ocupados na agropecuária, e é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária do país. No mais, segundo o mesmo Censo, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar programas e políticas de transferência de crédito para agricultores familiares. Apoiar no desenvolvimento de programas de capacitação técnica em tecnologias para a produção agrícola, voltada a agricultores familiares. Apoiar em iniciativas de escoamento da produção da agricultura familiar, venda e compra por diferentes setores da economia e atores. Apoiar em estratégias de formalização dos agricultores familiares. Apoio na estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas. Oferecer consultoria aos municípios para que possam realizar compras dos agricultores familiares via chamada pública.

PÚBLICO

- Assentados rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica

QUANTIDADE

- Existem cerca de 1 milhão de famílias instaladas em mais de 9 mil assentamentos no país, conforme dados do INCRA (2022).
- Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar. Garantem a segurança alimentar da população em zonas rurais que, até então, se encontravam sob risco alimentar e social.

FOCO SEBRAE

- Apoiar programas e políticas de transferência de crédito para agricultores familiares.
- Apoiar no desenvolvimento de programas de capacitação técnica em tecnologias para a produção agrícola, voltada a agricultores familiares.
- Apoiar em iniciativas de escoamento da produção da agricultura familiar, venda e compra por diferentes setores da economia e atores.
- Oferta de capacitação em gestão, administração, conhecimento burocrático, inclusão digital, etc.
- Apoiar em estratégias de formalização dos agricultores familiares.
- Apoio na estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas.
- Oferecer consultoria aos municípios para que possam realizar compras dos agricultores familiares via chamada pública.
- Apoiar em iniciativas de escoamento da produção da agricultura familiar, venda e compra por diferentes setores da economia e atores.
- Oferta de capacitação em gestão, administração, conhecimento burocrático, inclusão digital, etc.
- Apoiar em estratégias de formalização dos agricultores familiares.
- Apoio na estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas.
- Oferecer consultoria aos municípios para que possam realizar compras dos agricultores familiares via chamada pública.
- Apoiar em iniciativas de escoamento da produção da agricultura familiar, venda e compra por diferentes setores da economia e atores.
- Apoiar em estratégias de formalização dos agricultores familiares.
- Apoio na estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas.
- Oferecer consultoria aos municípios para que possam realizar compras dos agricultores familiares via chamada pública.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none">• Povos tradicionais e originários	<ul style="list-style-type: none">• No Brasil, além dos povos indígenas, existem 27 outros povos e comunidades tradicionais.• Cada uma dessas comunidades e povos possui uma prática distinta e própria de sistema tradicional de uso, conhecidas, de modo geral, como Sistema Agrícola de Produção (SAP), que é fundamental para a sua manutenção no território onde vivem.• Segundo o Censo 2022, "Brasil Quilombola: quantos somos, onde estamos?", do IBGE, 1.327.802 pessoas se identificaram enquanto quilombolas no país. Já em relação aos povos indígenas, desenvolvido com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), 1.693.535 pessoas, ou 0,83% da população brasileira, se declararam enquanto tais.	<ul style="list-style-type: none">• Apoio na oferta de capacitações técnicas, de modo a alcançar, inclusive, comunidades e povos que habitam áreas remotas do país.• Apoio na capacitação tecnológica para o desenvolvimento de suas atividades produtivas tradicionais.• Apoio na oferta de capacitação em gestão, administração, conhecimento burocrático, inclusão digital, etc.• Apoio no escoamento da produção para diferentes setores e atores das economias locais.• Apoio na estruturação de associações e cooperativas. Apoiar em iniciativas de escoamento da produção da agricultura familiar, venda e compra por diferentes setores da economia e atores.• Apoiar em estratégias de formalização dos agricultores familiares.• Apoio na estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas.• Oferecer consultoria aos municípios para que possam realizar compras dos agricultores familiares via chamada pública.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedores informais de comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, a população estimada de empreendedores informais está na casa dos 40 milhões (FGV, 2020). • De acordo com o IBGE (2023), a taxa de informalidade no mercado de trabalho em 2023 é de 38,9%, assim, próximo da metade do total de empreendedores no país. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que aproximem estes empreendedores informais das instituições públicas e culminem em sua formalização. • Capacitar em gestão organizacional e entendimento burocrático, através de treinamentos sobre gestão de negócios, administração, contabilidade, processos, fiscalização, dentre outros. • Qualificar as atividades já desenvolvidas, através de treinamentos e capacitações no tema trabalhado.
<ul style="list-style-type: none"> • Microempreendedores individuais (MEI) de comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo dados do IBGE (2023), há 13,2 milhões de microempreendedores individuais no Brasil, consistindo em 69,7% do total de empresas e 19,2% de ocupados formais (incluindo os MEIs e seus empregados). • Ainda não se tem o % dos MEIs que estão inseridos no contexto de vulnerabilidade socioeconômica 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar as atividades já desenvolvidas, através de treinamentos e capacitações no tema trabalhado. • Melhorar as capacidades de gestão organizacional, através de treinamentos sobre gestão de negócios, administração, contabilidade, processos, dentre outros. • Promover iniciativas que visem o aumento de renda gerada pelas atividades dos MEI.

PÚBLICO	QUANTIDADE	FOCO SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • 5.570 municípios 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a rede de atores implicados na execução das políticas públicas relacionadas à inclusão socioprodutiva • Implementar marco legal de inclusão socioprodutiva • Criar ou adequar a legislação própria de Fundos Municipais para utilização em ações de inclusão socioprodutiva • Implantar plano municipal de inclusão socioprodutiva
<ul style="list-style-type: none"> • Organizações da Sociedade Civil (OSC) 	<ul style="list-style-type: none"> • De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) registra 820 mil OSCs. • Considerando o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) tem-se 781.921 OSCs formais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os colaboradores dessas organizações com práticas e técnicas empreendedoras • Potencializar a capilaridade e o impacto dos resultados • Potencializar a capacidade de acesso a recursos financeiros que contribuam para a sua sustentabilidade

7 REFERÊNCIAS

ANEXO I GLOSSÁRIO BÁSICO

ATAI. *Emerging Insights*: evidence synthesis of agricultural risk, credit and savings, information, and markets. Agricultural Technology Adoption Initiative Policy Insights. 2016. Disponível em: <<https://www.atai-research.org/emerging-insights-atais-overview-of-evidence/>> . Acesso em: junho de 2024.

BACELAR, T. et al. *Concepções da ruralidade contemporânea – a singularidade brasileira*. Brasília: IICA. 2015.

BANCO MUNDIAL, *Jobs and development*. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/jobsanddevelopment/overview> tradução nossa, apud *Inclusão produtiva no Brasil: Evidências para Impulsionar Oportunidades de Trabalho e Renda*, Fundação Arymax, 2019, p. 16

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). *Observatório do Cadastro Único v1.2.3* - Brasília, DF: MDS, 2024. Disponível em: <<https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>> . Acesso em: junho 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004* - Brasília, DF: MDS, 2009

CAMPOS, Ana Cristina. *Censo: falta de endereço em favelas dificulta registro de domicílios*. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 23 de março de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/censo-falta-de-endereco-em-favelas-dificulta-registro-dos-domicilios>. Acesso em: junho de 2024.

DI BATTISTA, Attilio et al. *Future of jobs report 2023*. In: World Economic Forum, Geneva, Switzerland. <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2023>. 2023.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **EMBRAPA**. Agricultura Familiar. 2024. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>>. Acesso em: junho de 2024.

FAVARETO, A.; VAHDAT, V.; FAVARÃO, C.; FERNANDES, B. Relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano 2022. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Instituto humanize. 2022.

Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Nota técnica - g100. 2020. Disponível em: <<https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/899-g100-2020>>. Acesso em: junho de 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. Cinco coisas que você precisa saber sobre o FMI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. FMI Blog, 2 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/07/26/blog-five-things-you-need-to-know-about-the-imf-and-the-sustainable-development-goal>. Acesso em: junho de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Explica: Desemprego. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: junho de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Brasileiros para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: < <https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111>> . Acesso em: 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Painel PNAD Continua. 2024. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em: junho de 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão: Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimativa da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

JASPERS K. Psicopatologia Geral: Psicologia Compreensiva, Explicativa e Fenomenologia., 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1979.

LAWRY, S. et al. The impact of land property rights interventions on investment and agricultural productivity in developing countries. *Journal of Development Effectiveness*, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19439342.2016.1160947>>. Acesso em: junho de 2024.

Mapa da Nova Pobreza, Marcelo Neri - 40 págs., Rio de Janeiro, RJ - junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza) <https://cps.fgu.br/MapaNovaPobreza> <https://cps.fgu.br/en/NewPovertyMap>.

MARIOTTI, C. et al. Sustainable escapes from poverty through productive inclusion: a policy guide on the role of social protection. *Chronic Poverty Advisory Network*, Sept., 2016. (Policy Guide n. 9). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309180830_Sustainable_escapes_from_poverty_through_productive_inclusion_A_policy_guide_on_the_role_of_social_protection>. Acesso em: junho de 2024.

McKinsey. 2021. **Futuro do Trabalho Pós-COVID-19**. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/the-future-of-work-after-covid-19/pt-BR>. Acesso em: junho de 2024.

Menezes, F. (2012). Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico: uma articulação necessária. *Estudos Avançados*, 26(76), 403-406. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eau/article/view/47566>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - MDS. Estrutura e competências da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/composicao/estrutura>>. Acesso em: junho de 2024.

MORRIS, Michael H. *Understanding poverty*. In: MORRIS, Michael H.; SANTOS, Susana C.; NEUMEYER, Xaver. *Entrepreneurship as a solution to poverty in developed economies*. Business Horizons, v. 63, n. 3, p. 377-390, 2018.

SEN, Amartya Kumar. *Development as freedom*. New York: Knopf, 1999. 366 p. ISBN 0375406190.

Silva, Joana, Liliana D. Sousa, Truman G. Packard, e Raymond Robertson. 2021. *Emprego em Crise: Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-COVID-19*. Banco Mundial, Washington, DC. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

Silva, Sandro Pereira. *A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira*. No. 2605. Texto para Discussão, 2020.

SILVA, Sandro Pereira. *Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, v. 68, 2019.

SOLYMOS, Gisela. *Sufrimento, Pobreza e Desnutrição*. In: SAWAYA, A. L. (Org.) *Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico*. São Paulo: Edusp, 2012. p. 1 - 57.

VEREDAS. *Inclusão produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda*. Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2019, p. 21. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusao produtiva no brasil>.

XIMENES, Verônica; SILVA, Lorena; CIDADE, Elívia; CAMURÇA, Carla; ALENCAR, Alana. *Pobreza e suas implicações psicossociais*. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO: Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, Universidade de Santa Catarina, outubro de 2013.



Geovana Albuquerque / Agência Brasília

INCLUSÃO
SOCIOPRODUTIVA

SEBRAE